

**Demonstrações Financeiras  
Intermediárias  
com Relatório dos  
Auditores Independentes**  
30 de Junho de 2019

## **Terra Brasis Resseguros S.A.**

Demonstrações financeiras intermediárias  
30 de junho de 2019

### **Índice:**

<b>Relatório da Administração .....</b>	<b>4</b>
<b>Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações financeiras intermediárias ..</b>	<b>8</b>
<b>Balancos Patrimoniais .....</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações do Resultado .....</b>	<b>14</b>
<b>Demonstrações do Resultado Abrangente .....</b>	<b>15</b>
<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....</b>	<b>16</b>
<b>Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto .....</b>	<b>17</b>
<b>Notas Explicativas às Demonstrações financeiras intermediárias.....</b>	<b>18</b>
<b>1. Contexto Operacional .....</b>	<b>18</b>
<b>2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações financeiras Intermediárias .....</b>	<b>18</b>
<b>3. Principais Práticas Contábeis.....</b>	<b>19</b>
<b>4. Disponível .....</b>	<b>23</b>
<b>5. Aplicações Financeiras.....</b>	<b>24</b>
<b>6. Créditos e Débitos de Operações com Seguros e Resseguros .....</b>	<b>27</b>
<b>7. Créditos Tributários e Previdenciários .....</b>	<b>29</b>
<b>8. Transações com Partes Relacionadas .....</b>	<b>31</b>
<b>9. Depósitos de Terceiros.....</b>	<b>31</b>
<b>10. Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado e Exigência de Capital .....</b>	<b>32</b>
<b>11. Provisões Técnicas e Custos de Aquisição Diferidos .....</b>	<b>33</b>
<b>12. Cobertura das Provisões Técnicas .....</b>	<b>39</b>
<b>13. Grupos de Ramos de Atuação.....</b>	<b>39</b>
<b>14. Patrimônio Líquido .....</b>	<b>40</b>
<b>15. Políticas de Gerenciamento de Riscos .....</b>	<b>41</b>
<b>16. Detalhamento das Contas de Resultado.....</b>	<b>46</b>
<b>16. Detalhamento das Contas de Resultado (continuação) .....</b>	<b>47</b>
<b>17. Benefícios a Empregados e Administradores.....</b>	<b>48</b>
<b>Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria .....</b>	<b>50</b>

## Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em atendimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.S<sup>as</sup>. as demonstrações financeiras intermediárias da Terra Brasis Resseguros S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019.

### O Mercado Brasileiro de Resseguros

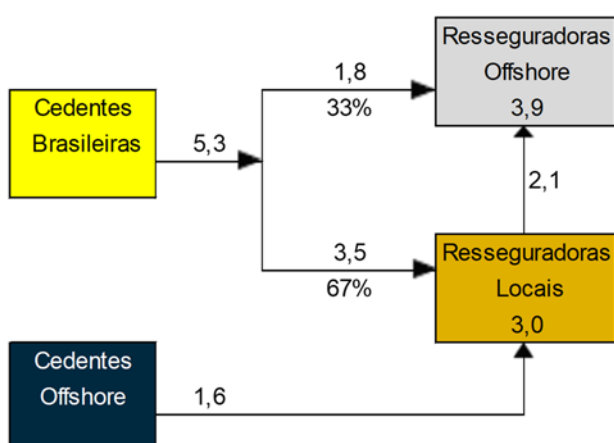
As informações das Seguradoras Nacionais (referentes a junho de 2019) divulgadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) mostram que o volume de resseguros cedido bruto de comissão e incluindo Riscos Vigentes Não Emitidos (RVNE) atingiu a cifra de R\$ 6,2 bilhões no primeiro semestre de 2019, um aumento de 10,9% em relação ao mesmo período de 2018.

Os mais recentes dados das Resseguradoras Locais (referentes ao período de janeiro a maio de 2019), fornecidos pela Susep, mostram que 67% do volume das cessões das Seguradoras Nacionais foi colocado nas Resseguradoras Locais. Do volume total cedido às Resseguradoras Locais, incluindo as aceitações do exterior, perto de 59% permaneceu nelas após as retrocessões.

Várias Resseguradoras Locais continuaram em seus processos de internacionalização, aceitando riscos de Cedentes do exterior, notadamente da América Latina. Para o período de doze meses findos em maio de 2019, o volume de resseguro (bruto de comissão) aceito pelas Resseguradoras Locais proveniente de seguradoras localizadas fora do Brasil (*offshore*) totalizou R\$ 3,5 bilhões, crescimento de cerca de 144% em relação ao período equivalente anterior.

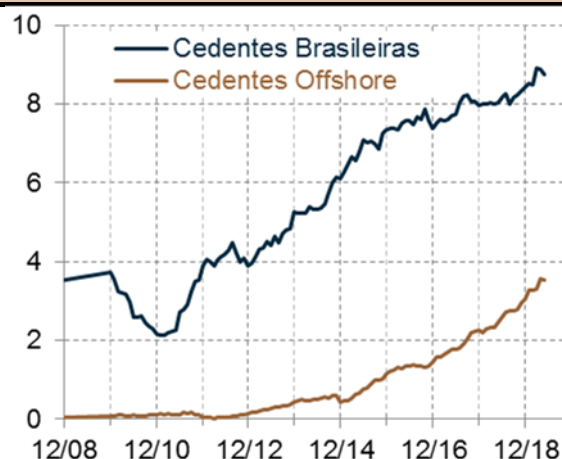
O aprimoramento contínuo apresentado pelas Resseguradoras Locais tem contribuído para fazer do Brasil um importante Centro Regional Doméstico e Exportador de Resseguros, evolução natural para um país que, com um forte mercado segurador/ressegurador e com poucas catástrofes naturais, pode mitigar os riscos de países vizinhos localizados em região altamente exposta a desastres naturais.

Distribuição de prêmio (bruto de comissão),  
janeiro a maio de 2019



Fonte: Susep, Terra Brasis, valores expressos em bilhões de reais.

Resseguro aceito (bruto de comissão) pelas  
Resseguradoras Locais por localização das  
cedentes, acumulado de 12 meses



Fonte: Susep, Terra Brasis, valores expressos em bilhões de reais

O lucro do conjunto das Resseguradoras Locais em 2019 até maio, após a dedução de impostos, registrou o valor de R\$ 555 milhões (sendo R\$456 milhões referentes ao IRB Brasil Re), frente a R\$ 383 milhões (R\$ 337 milhões referentes ao IRB Brasil Re) no mesmo período de 2018, um aumento de 145%.

### **Organização Societária e Administrativa**

A Terra Brasis, com patrimônio líquido de R\$ 101,9 milhões, é parte do Grupo Brasil Plural e possui participação qualificada do *International Finance Corporation (IFC)*, braço financeiro do Banco Mundial para o setor privado.

Além da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, a Terra Brasis possui os Comitês de Auditoria, de Investimentos, de Subscrição e de Sinistros, órgãos estatutários de apoio à Administração, também homologados pela Susep.

A Companhia tem sede na cidade de São Paulo e escritório de representação comercial em Bogotá, Colômbia.

### **Estratégias de Negócios e Iniciativas Institucionais**

A Terra Brasis manteve em 2019 sua estratégia de aceitar negócios de forma prudente, com grau de risco e expectativa de retornos coerentes, buscando de forma consistente e progressivamente aprimorar sua carteira de negócios.

A inserção internacional da Terra Brasis, iniciada em 2014 e incrementada em 2016 com a inauguração do primeiro escritório de representação da Companhia no exterior, localizado em Bogotá, foi continuada ao longo os últimos anos. A Terra Brasis continua a consolidar sua posição nos países de seu foco inicial, Colômbia, Peru e Equador. Em adição, em 2018 incluiu o México e alguns países selecionados da América Central.

Em fevereiro de 2019 a Terra Brasis renovou, em conjunto com a *AlphaCat Managers Ltd*, a colocação no exterior do primeiro Investimento Ligado a Seguros (ILS) patrocinado por uma companhia brasileira, transação inovadora que desperta a discussão sobre a utilização de soluções baseadas no mercado de capitais para as exposições da região. Por esta transação, em junho de 2018 a Terra Brasis foi indicada finalista a premiação “*Trading Risk Awards*” realizada anualmente para reconhecer os participantes do mercado de ILS, com abrangência global, destacando o verdadeiro valor de proteções a riscos diversificados, cooperando para o crescimento da indústria de resseguros. Em 2017, por esta mesma transação, a Companhia recebeu o prêmio “*Latin America Reinsurance Deal of Year*” da revista internacional *Reactions* e também o prêmio da Confederação Nacional de Empresas de Seguros Gerais (CNseg) “Antônio Carlos de Almeida Braga 2017”, na categoria Produtos e Serviços.

Apesar dos desafios econômicos enfrentados pelo Brasil, a Companhia mantém sua estratégia de investimento no desenvolvimento da equipe de colaboradores com o objetivo de melhor atender aos clientes e parceiros. Procura também colaborar para o aprimoramento do mercado, com a pesquisa e a introdução gradativa de técnicas contemporâneas na área de resseguros. Durante o primeiro semestre de 2019 ministrou seu tradicional Curso de Resseguro para 72 participantes. Desde o início dos cursos, capacitou 1.416 alunos de mais de 40 companhias de seguro e de outras entidades do mercado.

O *XTerra*, primeira ferramenta de precificação de resseguro não proporcional desenvolvida no Brasil e premiada em 2015 pela CNseg no concurso Antônio Carlos de Almeida Braga, continua sendo utilizada internamente e disponibilizada e consultada pelo mercado através do site da Terra Brasis.

Dentro da perspectiva de crescente atuação regional, em maio de 2018 a Terra Brasis associou-se à Associação Latino-Americana para Desenvolvimento do Seguro Agropecuário (ALASA), importante entidade de promoção do desenvolvimento do seguro agropecuário na região. A Terra Brasis se mantém como membro da Federação Interamericana de Empresas de Seguros (FIDES), entidade composta por representantes do mercado de seguros de 16 países da América Latina além dos Estados Unidos e da Espanha e que tem como objetivo estimular o desenvolvimento do mercado, defendendo a iniciativa privada e padrões éticos e técnicos em todas as atividades relacionadas ao setor. Desde 2015 a Terra Brasis tem representantes nas Comissões de Resseguro, de Solvência, de Regulamentação e de Educação Financeira da referida entidade.

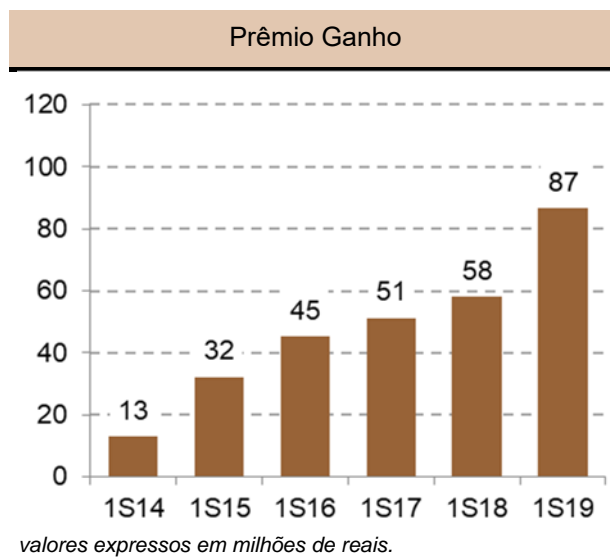
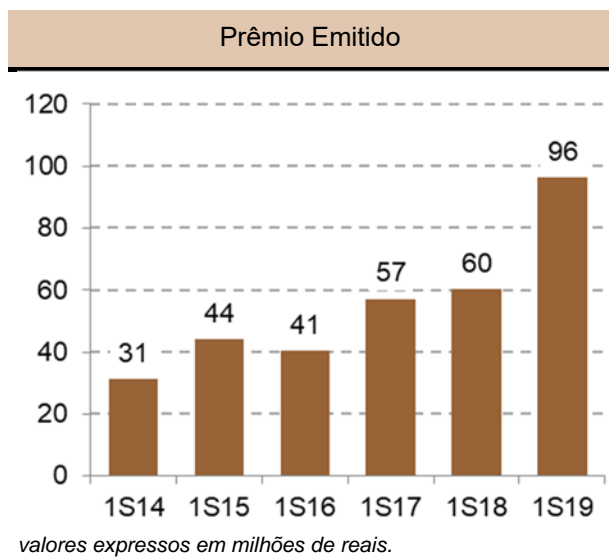
A Terra Brasis adota a política de sustentabilidade em seguros, coerente com procedimentos estruturais do acionista *IFC*, e observa em seu processo decisório a conscientização sobre questões ambientais, sociais e de governança. Nesse sentido foi a primeira Resseguradora Local a assinar o *Principles for Sustainable Insurance (UNEP FI)*, iniciativa das Nações Unidas em parceria com a indústria global de seguros.

### Fusão com Austral Resseguradora

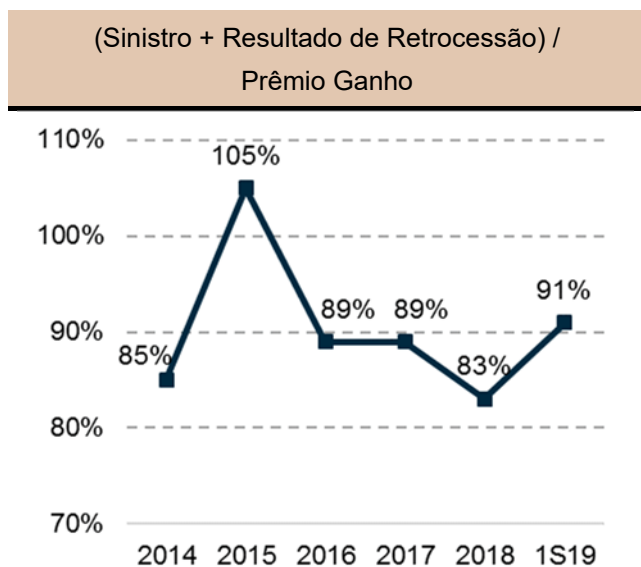
Em 12 de junho de 2019, os acionistas da Companhia assinaram um acordo de investimento que prevê, após superadas todas as condições precedentes, a fusão da Terra Brasis Resseguros com a Austral Resseguradora. Da união, resultará uma das maiores resseguradoras latino-americanas. O posicionamento competitivo da nova resseguradora será fortalecido pela complementaridade dos portfólios de negócios e pela ampliação da cobertura geográfica no Brasil e no exterior. A consumação da operação está condicionada à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

### Desempenho Operacional

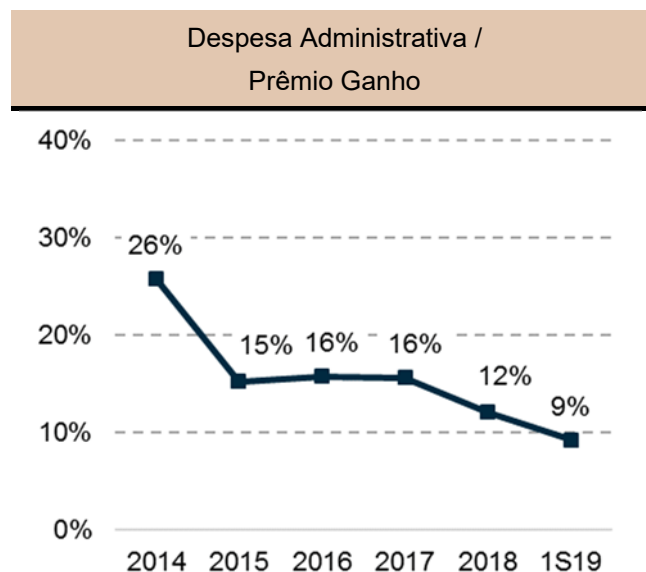
A Terra Brasis atingiu no primeiro semestre de 2019 o volume de prêmio emitido de R\$ 96,2 milhões e de prêmio ganho de R\$ 86,7 milhões, crescimentos respectivamente de 60% e 49% em relação ao mesmo período de 2018, obtidos com o reconhecimento e apoio das Seguradoras e Corretoras dos mercados brasileiro e dos demais países da América Latina, que no primeiro semestre de 2019 foram responsáveis por cerca de 30% do prêmio emitido.



A Companhia apresentou no primeiro semestre de 2019 uma sinistralidade bruta de 48%, e um resultado de retrocessão sobre prêmio ganho de 43%. A soma destes dois índices, que representa uma aproximação da sinistralidade retida, resulta em 91%. No ano de 2018 este índice foi de 83%.

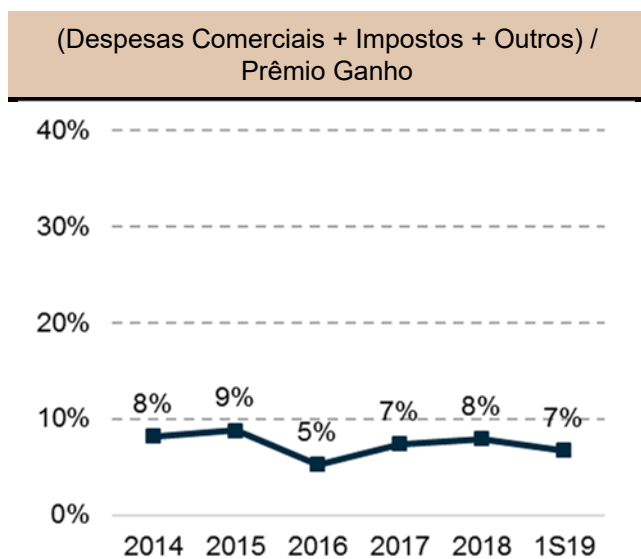


valores expressos em %.

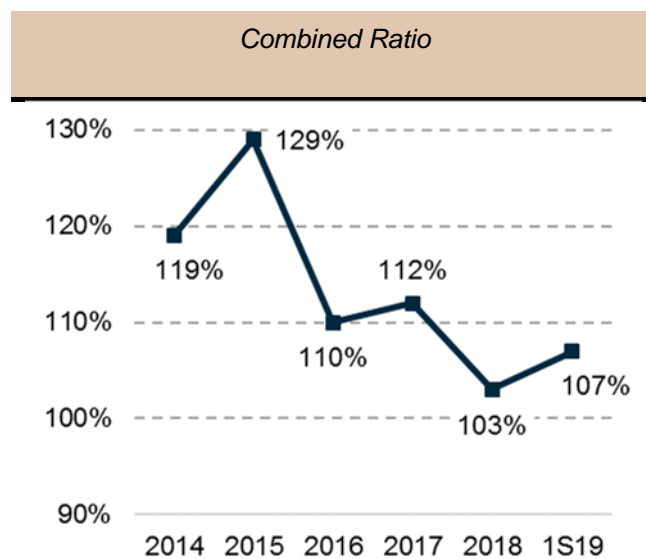


valores expressos em %.

A Companhia continua apresentando melhora em seus custos administrativos. O índice de despesa administrativa sobre prêmio ganho registrou 9% no primeiro semestre de 2019 comparado a 12% para o ano de 2018. Com o crescimento projetado da Companhia, a tendência de redução gradativa deste índice de acordo com o plano de negócios da Companhia, deve continuar nos próximos anos.



valores expressos em %.

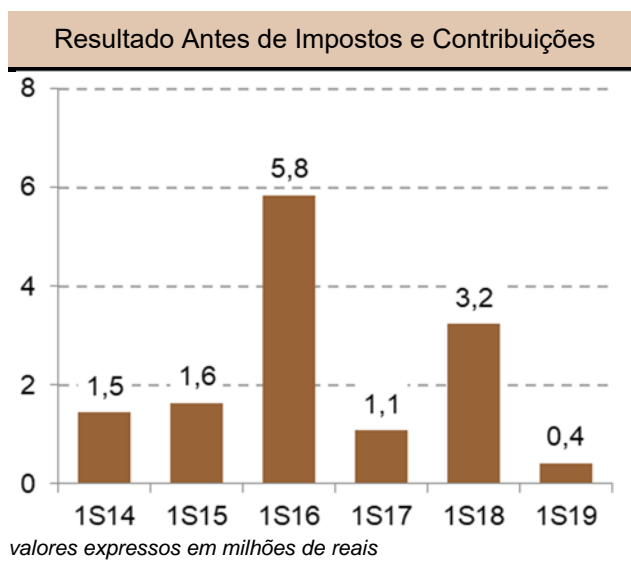
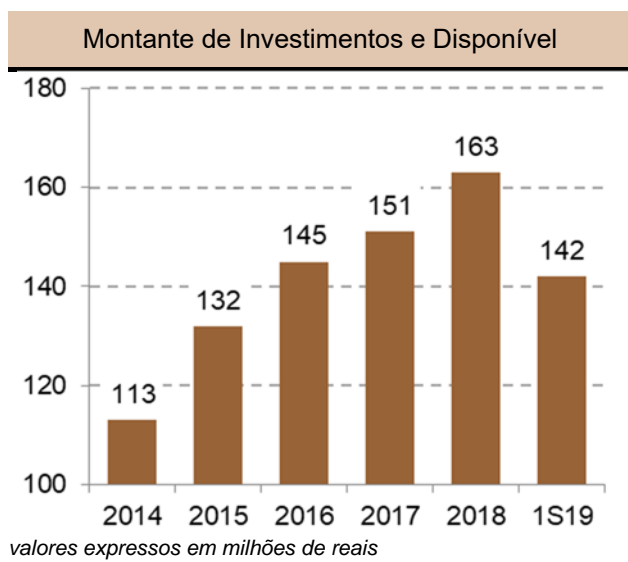


valores expressos em %.

Os índices de despesas comerciais, impostos incorridos sobre receitas e outras despesas permaneceram relativamente estáveis, com a sua soma registrando no primeiro semestre de 2019 7% do prêmio ganho, comparado a 8% para o ano de 2018. O *Combined Ratio* no primeiro semestre de 2019 registrou o valor de 107% comparado com 103% registrado no ano de 2018.

O resultado financeiro de R\$ 7,1 milhões foi superior ao valor de R\$ 3,8 milhões registrado no mesmo período de 2018. As aplicações financeiras obedecem aos normativos oficiais, principalmente os contidos na Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) nº 321/2015 e na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.444/2015 e posteriores alterações. As aplicações em fundos de investimento de liquidez e seus portfólios são monitorados individualmente e registrados contabilmente na categoria ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A liquidação e pagamentos de sinistros significativos no semestre resultou em uma diminuição no montante de Investimentos e Disponíveis, que registrou ao final do período o valor de R\$142 milhões, comparado a R\$ 163 milhões ao final de 2018.



O resultado antes de impostos, contribuições e participações registrou R\$ 0,4 milhão, comparado a R\$ 3,2 milhões do mesmo período de 2018

Agência *A.M.Best*, especializada no setor de seguros, manteve o *rating* global de força financeira **B++** com perspectiva estável e o *rating global* de crédito emissor **bbb** também com perspectiva estável. A agência *Standard & Poors* manteve o *rating*, na escala doméstica, de **brAA+** com perspectiva estável.

### Agradecimentos

Agradecemos à Susep e às demais Autoridades do Setor, às Seguradoras, Corretoras, Retrocessionárias e a todos os parceiros de negócios pela confiança depositada nos trabalhos da Administração. Agradecemos também aos nossos Acionistas e a toda Equipe Terra Brasis pelo contínuo empenho no desenvolvimento da Companhia.

São Paulo, 28 de agosto de 2019.

Administração





KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

## **Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações financeiras intermediárias**

Aos Conselheiros e Diretores da  
**Terra Brasis Resseguros S.A.**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Terra Brasis Resseguros S.A. ("Resseguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terra Brasis Resseguros S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Resseguradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº1 às demonstrações financeiras intermediárias, a qual informa que em 12 de junho de 2019, os acionistas da Companhia assinaram um acordo de investimento com a Austral Participações II S.A. que prevê, após superadas todas as condições precedentes, a incorporação da Companhia pela Austral Resseguradora S.A. Essa transação aguarda as aprovações requeridas pelos órgãos reguladores competentes. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Resseguradora a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/O-6



Fernando Antonio Rodrigues Alfredo

Contador CRC 1SP252419/O-0

**Balancos Patrimoniais**30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	<b>Notas</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Circulante</b>		<b>307.742</b>	<b>282.831</b>
<b>Disponível</b>	<b>4</b>	<b>3.011</b>	<b>10.339</b>
Caixa e bancos		3.011	10.339
<b>Aplicações</b>	<b>5</b>	<b>56.163</b>	<b>49.542</b>
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>6</b>	<b>134.463</b>	<b>111.673</b>
Operações com seguradoras		118.184	103.022
Operações com resseguradoras		16.279	8.651
<b>Ativos de resseguro e retrocessão</b>	<b>11.2</b>	<b>109.150</b>	<b>105.752</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>1.565</b>	<b>2.313</b>
Títulos e créditos a receber		340	514
Créditos tributários e previdenciários	<b>7.1</b>	1.063	1.670
Outros créditos		162	129
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>184</b>	<b>149</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>11.4</b>	<b>3.206</b>	<b>3.063</b>
Resseguros		3.206	3.063
<b>Ativo não circulante</b>		<b>111.911</b>	<b>139.367</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>111.663</b>	<b>139.060</b>
<b>Aplicações</b>	<b>5</b>	<b>82.607</b>	<b>103.542</b>
<b>Ativos de resseguro e retrocessão</b>	<b>11.2</b>	<b>23.502</b>	<b>29.576</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>5.302</b>	<b>5.821</b>
Créditos tributários e previdenciários	<b>7.1</b>	5.302	5.257
Outros créditos operacionais		-	564
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>11.4</b>	<b>252</b>	<b>121</b>
Resseguros		252	121
<b>Imobilizado</b>		<b>118</b>	<b>159</b>
Bens móveis		109	147
Outras imobilizações		9	12
<b>Intangível</b>		<b>130</b>	<b>148</b>
Outros intangíveis		130	148
<b>Total do Ativo</b>		<b>419.653</b>	<b>422.198</b>

<b>Passivo</b>	<b>Notas</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Circulante</b>		<b>285.787</b>	<b>275.250</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>2.037</b>	<b>2.494</b>
Obrigações a pagar		672	1.372
Impostos e encargos sociais a recolher		225	316
Encargos trabalhistas		471	334
Impostos e contribuições		669	472
<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>	<b>6</b>	<b>50.787</b>	<b>56.119</b>
Operações com resseguradoras		46.225	52.436
Corretores de seguros e resseguros		4.562	3.683
<b>Depósitos de terceiros</b>	<b>9</b>	<b>4.000</b>	<b>1.781</b>
<b>Provisões técnicas – resseguradora</b>	<b>11.1</b>	<b>228.963</b>	<b>214.856</b>
<b>Passivo não circulante</b>		<b>31.906</b>	<b>43.052</b>
<b>Provisões técnicas - resseguradora</b>	<b>11.1</b>	<b>31.906</b>	<b>43.052</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>14</b>	<b>101.960</b>	<b>103.896</b>
Capital social		100.200	100.880
Reserva de lucros		2.013	2.622
Ajustes de avaliação patrimonial		110	394
Prejuízos acumulados		(363)	-
<b>Total do Passivo</b>		<b>419.653</b>	<b>422.198</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**Demonstrações do Resultado**

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

	Notas	30/06/2019	30/06/2018
<b>Prêmios emitido</b>	<b>13.1/16a</b>	<b>96.214</b>	<b>60.164</b>
(-) Variações das provisões técnicas		(9.517)	(1.983)
<b>(=) Prêmios ganhos</b>	<b>13.2/16a</b>	<b>86.697</b>	<b>58.181</b>
(-) Sinistros ocorridos	16b	(41.585)	(34.594)
(-) Custos de aquisição	16c	(2.978)	(2.107)
(-) Outras despesas e receitas operacionais	16d	(686)	(1.075)
(-) Resultado com retrocessão	16e	(37.312)	(11.991)
(-) Despesas administrativas	16f	(8.530)	(7.714)
(-) Despesas com tributos	16g	(2.337)	(1.403)
<b>(+) Resultado financeiro</b>	<b>16h</b>	<b>7.088</b>	<b>3.798</b>
(+) Receitas financeiras		34.174	26.044
(-) Despesas financeiras		(27.086)	(22.246)
<b>(+) Resultado patrimonial</b>	<b>16i</b>	<b>65</b>	<b>145</b>
<b>(=) Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>422</b>	<b>3.240</b>
(-) Imposto de renda	7.2	(344)	(488)
(-) Contribuição social	7.2	(354)	(555)
(-) Participações sobre o lucro		(87)	(101)
<b>(=) Prejuízo / Lucro líquido do semestre</b>		<b>(363)</b>	<b>2.096</b>
(/) Quantidade de lotes de mil ações		100.106	100.650
<b>(=) Prejuízo / Lucro líquido - por lote de mil ações</b>		<b>(3,63)</b>	<b>20,82</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Demonstrações do Resultado Abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	<b>30/06/2019</b>	<b>30/06/2018</b>
<b>Prejuízo / Lucro líquido do semestre</b>	<b><u>(363)</u></b>	<b><u>2.096</u></b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
Ajuste a valor justo de títulos mobiliários disponíveis para venda	(535)	423
Impostos sobre ajustes a valor justo (imposto diferido)	<u>251</u>	<u>(190)</u>
<b>(=) Outros resultados abrangentes líquidos de impostos</b>	<b><u>(284)</u></b>	<b><u>233</u></b>
<b>(=) Total do resultado abrangente do semestre</b>	<b><u>(647)</u></b>	<b><u>2.329</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas</b>		<b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Total</b>
		<b>Capital</b>	<b>Lucros</b>			
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2018</b>	<b>100.766</b>	<b>530</b>	<b>2.971</b>	<b>(176)</b>	<b>-</b>	<b>104.091</b>
Titulos e valores mobiliários	-	-	-	233	-	233
Dividendos pagos	-	-	(1.681)	-	-	(1.681)
Juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	-	(1.175)	(1.175)
Lucro liquido do semestre	-	-	-	-	2.096	2.096
<b>Saldo em 30 de Junho de 2018</b>	<b>100.766</b>	<b>530</b>	<b>1.290</b>	<b>57</b>	<b>921</b>	<b>103.564</b>
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2019</b>	<b>100.880</b>	<b>530</b>	<b>2.092</b>	<b>394</b>	<b>-</b>	<b>103.896</b>
Redução por cancelamento de ações emissão própria	-	-	(680)	-	-	(680)
Titulos e valores mobiliários	-	-	-	(284)	-	(284)
Dividendos pagos	-	-	(609)	-	-	(609)
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(363)	(363)
<b>Saldo em 30 de Junho de 2019</b>	<b>100.880</b>	<b>530</b>	<b>803</b>	<b>110</b>	<b>(363)</b>	<b>101.960</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto**Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	<b>30/06/2019</b>	<b>30/06/2018</b>
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo / Lucro líquido do semestre</b>	<b>(363)</b>	<b>2.096</b>
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação e amortização	59	61
Ativo fiscal diferido	45	(10)
Variação dos custos de aquisição diferidos	(293)	(11)
Variação dos ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	(14.729)	(13.076)
Variação das provisões técnicas - resseguros	51.764	37.640
<b>Varição nas contas patrimoniais:</b>		
Ativos financeiros	14.030	(1.188)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(22.790)	(18.084)
Ativos de resseguro	17.406	2.392
Créditos fiscais e previdenciários	653	(76)
Despesas antecipadas	(35)	(60)
Custo de aquisição diferido	273	(157)
Outros ativos	198	247
Impostos e contribuições	244	851
Outras contas a pagar	358	160
Débitos de operações com seguros e resseguros	(5.332)	7.005
Depósitos de terceiros	2.220	1.029
Provisões técnicas - resseguros	(48.802)	(14.917)
<b>Caixa líquido gerado / (consumido) nas atividades operacionais</b>	<b>(5.094)</b>	<b>3.902</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
<b>Pagamento pela compra:</b>		
Imobilizado	-	(5)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>-</b>	<b>(5)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Redução de capital (cancelamento de ações de emissão própria)	(680)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(1.554)	(3.883)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(2.234)</b>	<b>(3.883)</b>
<b>(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(7.328)</b>	<b>14</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre</b>	<b>10.339</b>	<b>1.911</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre</b>	<b>3.011</b>	<b>1.925</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Notas Explicativas às Demonstrações financeiras intermediárias

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto Operacional

A Terra Brasis Resseguros S.A. (doravante referida também como “Terra Brasis” ou “Companhia” ou “Resseguradora”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada à Rua Minas de Prata, nº 30, conjunto 122, Itaim Bibi, São Paulo, Capital, CNPJ 12.909.684/0001-28.

Foi constituída em 20 de setembro de 2010 como prestadora de serviços, com o propósito de transformar-se em Resseguradora Local.

Em 4 de outubro de 2012, por meio da Portaria nº 4.881, recebeu da Superintendência de Seguros Privados – Susep autorização para operar como Resseguradora Local em atividades de resseguro e retrocessão, nos termos do artigo 2º, inciso V, da Resolução CNSP nº 168/2007.

A Resseguradora é uma coligada do Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo.

Em 5 de novembro de 2015, por meio da Portaria nº 6.381, a Terra Brasis, recebeu autorização da Susep para abrir um escritório de representação na Colômbia. Em 18 de março de 2016 a *Terra Brasis Resseguros Oficina de Representacion Colombia*, obteve matrícula da Câmara de Comercio de Bogotá e iniciou suas atividades como escritório de representação.

Em 12 de junho de 2019, os acionistas da Companhia assinaram um acordo de investimento com a Austral Participações II S.A. o qual prevê, após superadas todas as condições precedentes, a incorporação da Companhia pela Austral Resseguradora S.A.. Essa transação aguarda as aprovações requeridas pelos órgãos reguladores competentes.

As presentes demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Terra Brasis em 28 de agosto de 2019.

### 2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações financeiras Intermediárias

**a) Base de preparação:** As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Susep, que compreendem as normas estabelecidas pela Susep e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela Susep, e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

**b) Continuidade:** A Administração avaliou a capacidade da Terra Brasis em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade a seus negócios. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

**c) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Resseguradora. Exceto quando indicado de outra forma, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo. As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor apurada naquela data. As oscilações cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado.

**d) Base para mensuração:** Os Ativos e Passivos são mensurados de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais no balanço patrimonial:

- i. ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e disponível para venda (vide nota 3.2);
- ii. provisões técnicas, constituídas e mensuradas de acordo com normas específicas estabelecidas pelo CNSP e determinações da Susep (vide nota 3.7).

**e) Uso de estimativas contábeis e julgamentos:** A preparação de demonstrações financeiras intermediárias requer que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Informações sobre os seguintes itens das demonstrações financeiras intermediárias em que o uso de premissas e estimativas é significativo e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo período, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Instrumentos financeiros e os correspondentes resultados financeiros;
- Provisões técnicas e as correspondentes variações de provisões técnicas, incluindo o valor dos prêmios emitidos e ganhos e os sinistros ocorridos;
- Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros, incluindo os prêmios emitidos e os prêmios ganhos, os sinistros ocorridos e não avisados e o resultado com retrocessão.

### 3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados e estão demonstradas a seguir.

**3.1. Contratos de seguro:** As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no pronunciamento técnico CPC 11 “Contratos de seguros”. Além disso, a Superintendência de Seguros Privados – Susep, por meio da Circular nº 517/2015 e alterações posteriores, estabeleceu critérios para identificação de um contrato de seguro.

**3.2. Instrumentos financeiros:** A Terra Brasis classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

#### 3.2.a. Classificações das categorias:

- i. *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Esta categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros mantidos para propósito de negociação e ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado na data inicial de sua aquisição. Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja mantido para negociação e designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Terra Brasis gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

ii. *Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

iii. *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do período.

iv. *Empréstimos e recebíveis*

Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de resseguros que são avaliados, periodicamente, quanto à sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do período.

**3.2.b. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas nas notas explicativas.

**3.2.c. Hierarquia do valor justo:**

O valor justo é classificado nos seguintes níveis:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos;

Nível 2: Quando é utilizada uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto; e

Nível 3: Ativos cujo valor justo é determinado com base em premissas internas tendo em vista a ausência de informações e dados observáveis no mercado.

**3.3. Prêmios emitidos:** A Terra Brasis subscreve contratos de resseguro que visam fornecer cobertura para riscos ofertados pelas Sociedades Seguradoras e Resseguradoras (doravante referidas como “Cedentes”).

Os contratos são denominados facultativos, quando são subscritos especificamente para cobrir o risco ofertado individual e facultativamente pelas Cedentes e são denominados de automáticos ou de carteira, quando a Cedente e a Terra Brasis definem previamente os tipos e as condições em que os riscos devem ser automaticamente incluídos no contrato.

Os contratos podem ser proporcionais quando a Terra Brasis e a Cedente dividem proporcionalmente os prêmios e os sinistros originais dos riscos do contrato ou podem ser não proporcionais, também chamados resseguros de sinistros, quando a Terra Brasis participa somente nos sinistros acima de determinado valor e recebe da Cedente um prêmio calculado especificamente para esta responsabilidade.

Os Prêmios de Riscos Vigentes Não Emitidos (RVNE) são apurados com base em metodologia própria, de acordo com o previsto nas normas do CNSP, regulamentadas pela Susep.

Para os contratos facultativos, os prêmios de resseguro são registrados integralmente na data de subscrição dos contratos.

Para os contratos automáticos não proporcionais, os prêmios de resseguro também são registrados integralmente na data de subscrição dos contratos, com base no prêmio depósito, sendo monitorados durante a vigência do contrato e ajustados aos seus valores efetivos no final do período de cobertura do risco.

Para os contratos automáticos proporcionais, os prêmios de resseguro são registrados mensalmente com base em estimativas fornecidas pelas Cedentes e subscritas pela Companhia, visando acompanhar no tempo e no valor a emissão de prêmios pelas Cedentes. Inicialmente as estimativas são ajustadas por um fator de corte mensurado com base na experiência histórica da Companhia, que são monitoradas durante a vigência dos contratos e atualizadas quando do recebimento de informações das Cedentes.

A Terra Brasis contrata coberturas e mantém contratos de retrocessão para aumentar sua capacidade de aceitação, restringir sua responsabilidade ao limite de retenção por risco subscrito e mitigar o risco de perdas significativas originadas de eventos catastróficos.

Os prêmios cedidos das retrocessões proporcionais são registrados em consonância com o registro dos prêmios das aceitações cobertas por elas. Os prêmios das retrocessões não proporcionais são registrados integralmente na data de cessão do contrato de retrocessão.

Os prêmios de resseguro de contratos automáticos são registrados considerando o prêmio que as Cedentes estimam que irão emitir no período de vigência do contrato (*Estimated Premium Income* – EPI) ajustados por um fator de corte que busca refletir a experiência histórica observada na comparação entre os prêmios estimados e os efetivamente subscritos pelas cedentes nessa modalidade de contrato.

Nos contratos automáticos firmados com cedentes sediadas no exterior não é aplicado fator de corte, pois os valores estimados inicialmente nesses contratos e seus prêmios efetivos tem sido muito próximos.

As despesas de comercialização são registradas de acordo com os mesmos critérios aplicados aos prêmios.

**3.4. Redução ao valor recuperável (*impairment*):** A Terra Brasis em conformidade com o Art. 167 da Circular Susep nº 517/2015 e alterações posteriores, realizou estudo técnico específico analisando seu histórico de perdas e o risco de inadimplência. O estudo leva em conta as peculiaridades da operação e das prestações de contas no mercado de resseguro, além da qualidade das cedentes. Os casos de atraso são analisados individualmente pela Diretoria. Com base no estudo, a classificação do ativo como não recuperável pode ocorrer a qualquer momento após o atraso, quando justificado, ou no prazo máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir do direito de recebimento.

#### **3.4.a. Ativos financeiros e não financeiros:**

A Resseguradora avalia periodicamente se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria de recebíveis (ou se um grupo de ativos) esteja deteriorado ou *impaired*. Caso um ativo financeiro seja considerado como *impaired*, a Resseguradora somente registra a perda no resultado do período se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro nesta categoria e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade pela administração.

**3.5. Prêmios ganhos:** Para os contratos facultativos, os prêmios e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados aos resultados *pro-rata-die*, ao longo do período de vigência dos riscos envolvidos.

Para os contratos automáticos proporcionais e para os contratos automáticos não proporcionais do tipo *Risk Attaching* (nos quais os riscos subscritos no período do contrato estão cobertos durante todas as suas vigências) os prêmios e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados aos resultados *pro rata die*, ao longo do período de vigência dos riscos envolvidos nos contratos, conforme informações e estimativas de vigências médias fornecidas pelas Cedentes.

Para os contratos automáticos não proporcionais do tipo *Loss Occuring* (nos quais estão cobertos os sinistros ocorridos no período de vigência do contrato) os prêmios e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados aos resultados *pro rata die*, ao longo do período de vigência dos contratos.

Para os contratos de retrocessão, os mesmos princípios de apropriação acima se aplicam às retrocessões cedidas.

**3.6. Sinistros ocorridos:** Corresponde à somatória das indenizações pagas no período e da variação no período das Provisões para Sinistros a Liquidar (PSL) e para sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR).

**3.7. Provisões técnicas e teste de adequação de passivos:** As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela Susep.

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pela parte proporcional à vigência a decorrer dos prêmios de resseguro, calculada *pro rata die*, dos riscos em vigor, sendo determinada, para cada tipo de contrato, com base em informações recebidas das cedentes ou estimativas, com os mesmos critérios usados para a apropriação dos prêmios.

A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) é constituída para apurar a parcela dos prêmios não ganhos relativos aos contratos de resseguros não emitidos, de acordo com os critérios estabelecidos em Nota Técnica Atuarial.

A provisão de excedentes técnicos (PET) é constituída de acordo com os critérios estabelecidos em cláusulas específicas dos contratos de resseguro que tem previsão para participação das Cedentes nos lucros do contrato.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros ocorridos e avisados com base em estimativa das indenizações informadas pelas Cedentes até a data do balanço.

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída com base em cálculos atuariais que consideram a sinistralidade final esperada deduzida dos sinistros já avisados até a data do balanço.

A provisão de despesas relacionadas (PDR-IBNR) é constituída pelos valores das despesas esperadas relacionadas com os sinistros ocorridos, mas que ainda não foram avisados.

Os passivos de retrocessão são compostos por prêmios devidos, consistentes com o valor dos ativos de resseguro na medida em que são retrocedidos.

Semestralmente é elaborado um teste com o objetivo de assegurar que o valor contábil (passivos de contratos de resseguro deduzidos das despesas de comercialização diferidas) dos contratos vigentes está adequadamente mensurado.

O teste de adequação de passivos (TAP) é elaborado de acordo com as disposições da Circular Susep nº 517/2015, e engloba os contratos de resseguros vigentes na data-base das demonstrações financeiras intermediárias. O resultado do teste é a diferença entre o saldo contábil das provisões técnicas e o valor das estimativas dos fluxos de caixa futuros das obrigações relacionadas aos riscos vigentes, ambos na data-base. O resultado negativo apurado significa uma insuficiência das provisões técnicas, que deve ser constituída como provisão complementar de cobertura (PCC), no caso de sinistros a ocorrer, ou complementam o saldo da própria provisão que apresentar a insuficiência, no caso de sinistros ocorridos.

O modelo do TAP compara o saldo contábil das provisões técnicas com o valor presente do fluxo de caixa descontado pela taxa a termo livre de risco correspondente ao indexador de referência das obrigações de cada contrato de resseguro.

As premissas utilizadas no cálculo do TAP foram: taxas de juros (ETTJ) livre de riscos definidas pela Susep, índices de sinistralidade por grupo de ramos baseada na experiência da resseguradora, observada em um período de 3 anos (jun/16 a mai/19), e índices de despesas administrativas e despesas com sinistros apurados com base nos resultados da Resseguradora.

O cálculo apresentou suficiência com a composição de variações desfavoráveis das premissas utilizadas na projeção “pior cenário” (taxa de juros 10% menor, índice de sinistralidade 10% maior e despesas 10% maiores) os resultados consolidados do teste apresentaram resultado favorável.

Os fluxos de caixa foram descontados a valor presente com base na estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), divulgada pela Susep para cada indexador contratual.

O resultado do teste de adequação de passivos demonstrou que as provisões atuais são suficientes para honrar todas as obrigações relacionadas aos contratos vigentes em 30 de junho de 2019. Não há, portanto,



necessidade da constituição da provisão complementar de cobertura (PCC), referente a eventuais insuficiências da PPNG, ou de se complementar o saldo das demais provisões.

**3.8. Custos de aquisição diferidos:** Os custos de aquisição são registrados quando da aceitação dos contratos e apropriados ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas comissões é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio.

**3.9. Imposto de renda e contribuição social:** Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. Para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL a alíquota aplicada é de 15%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e os diferidos. Os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Créditos tributários e passivos tributários de imposto de renda e contribuição social originados de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social, e diferenças temporárias entre as bases de reconhecimento contábil e as bases de tributação são reconhecidos contabilmente. Os créditos tributários diferidos são avaliados a cada data-base para apurar a necessidade de provisão, quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados mensalmente e serão desreconhecidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**3.10. PIS e COFINS** As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%. Os créditos de pis e cofins oriundos de diferenças temporárias entre as bases contábil e tributária, basicamente relacionadas a sinistros provisionados e ainda não pagos, são reconhecidas no exercício de competência e registrados no ativo não circulante.

#### 4. Disponível

	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Caixa	15	20
Bancos	2.996	10.319
Conta corrente no Brasil	594	1.705
Conta corrente em moeda estrangeira	2.402	8.614
<b>Total</b>	<b>3.011</b>	<b>10.339</b>

## 5. Aplicações Financeiras

**5.1. Composição das aplicações:** Os fundos nos quais a Terra Brasis aplica seus recursos são fundos não exclusivos, sem prazos de vencimento. Tais fundos possuem dados disponíveis para consulta pública e estão abertos para outros investidores, exceto o fundo fechado FIDC.

	<i>Rating (i)</i>	Taxas Contratadas / Classificação ANBIMA	30/06/2019		31/12/2018	
			Valor	%	Valor	%
<b>Títulos financeiros disponíveis para venda</b>			<b>108.369</b>	<b>78</b>	<b>117.874</b>	<b>77</b>
<b>Títulos públicos - LFT</b>			<b>16.087</b>	<b>12</b>	<b>66.083</b>	<b>43</b>
	AAA	100,1% Selic	16.087	12	66.083	43
<b>Títulos privados - LF / CDB</b>			<b>31.064</b>	<b>22</b>	<b>4.223</b>	<b>3</b>
	AAA	100,5% a 105,0% CDI	20.593	15	2.861	2
	AA- a AA+	101,6% a 106,0% CDI	9.469	6	1.362	1
	Sem <i>rating</i>	110,0% CDI	1.002	1	-	-
<b>Títulos privados - DEB / NC / CRI / CCB</b>			<b>61.218</b>	<b>44</b>	<b>47.568</b>	<b>31</b>
	AAA	104,7% a 114,6% CDI / CDI+1,5%	27.945	20	17.693	12
	A a A+	CDI+2,7% a 2,9%	4.009	3	2.283	1
	AA- a AA+	CDI+1,0% a + 2,2% / 116,0% CDI	16.693	12	16.786	11
	AA- a AA+	IPCA + 5,9%	4.248	3	1.896	1
	BBB+	CDI+2,5%	799	1	-	-
	BBB	IPCA+10,1%	-	-	740	1
	Sem <i>rating</i>	CDI+3,7% a 5,0%	7.524	5	8.170	5
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b>			<b>30.401</b>	<b>22</b>	<b>35.210</b>	<b>23</b>
<b>Ações</b>			<b>4.088</b>	<b>3</b>	<b>6.213</b>	<b>4</b>
		Ibovespa	4.088	3	6.213	4
<b>Quotas de fundos de investimentos</b>			<b>26.313</b>	<b>19</b>	<b>28.997</b>	<b>19</b>
		Renda Fixa	2.162	2	6.684	4
		Multimercados MultiEstratégia	10.037	7	10.050	7
		Imobiliários	6.628	5	7.463	5
	AA- a AA+	FIDC	3.150	2	3.237	2
		Ações	4.336	3	1.563	1
<b>Total</b>			<b>138.770</b>	<b>100</b>	<b>153.084</b>	<b>100</b>

(i) Considera-se o *rating* das agências *Standard & Poor's*, *Moody's*, *Fitch* e *A.M.Best*. Caso o ativo possua mais de um *rating*, é utilizado o maior.

Legenda: LFT: Letras Financeira do Tesouro, LF: Letra Financeira, CDB: Certificado de Depósito Bancário, CCB: Cédula de Crédito Bancário, DEB: Debêntures, CRI: Certificado de Recebíveis Imobiliários e NC: Nota Comercial.

## 5.2. Abertura por vencimento

	30/06/2019				31/12/2018			
	Sem vencimento ou de até 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	%	Sem vencimento ou de até 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	%
<b>Títulos públicos</b>	<b>265</b>	<b>15.822</b>	<b>16.087</b>	<b>12</b>	<b>3.102</b>	<b>62.981</b>	<b>66.083</b>	<b>43</b>
LFT	265	15.822	16.087	12	3.102	62.981	66.083	43
<b>Títulos privados</b>	<b>25.497</b>	<b>66.785</b>	<b>92.282</b>	<b>66</b>	<b>10.612</b>	<b>41.179</b>	<b>51.791</b>	<b>34</b>
DEB / NC / CRI / CCB	9.365	51.853	61.218	44	7.007	40.561	47.568	31
LF / CDB	16.132	14.932	31.064	22	3.605	618	4.223	3
<b>Ações</b>	<b>4.088</b>	<b>-</b>	<b>4.088</b>	<b>3</b>	<b>6.213</b>	<b>-</b>	<b>6.213</b>	<b>4</b>
<b>Quotas de fundos de Investimentos</b>	<b>26.313</b>	<b>-</b>	<b>26.313</b>	<b>19</b>	<b>28.997</b>	<b>-</b>	<b>28.997</b>	<b>19</b>
<b>Total</b>	<b>56.163</b>	<b>82.607</b>	<b>138.770</b>	<b>100</b>	<b>48.924</b>	<b>104.160</b>	<b>153.084</b>	<b>100</b>

## 5.3. Ativos financeiros mensurados a valor justo

	30/06/2019			31/12/2018		
	Valor do custo atualizado	Ajuste a valor justo	Valor Justo/ Contábil	Valor do custo atualizado	Ajuste a valor justo	Valor Justo/ Contábil
<b>Títulos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>108.186</b>	<b>183</b>	<b>108.369</b>	<b>117.157</b>	<b>717</b>	<b>117.874</b>
<b>Títulos públicos</b>	<b>16.061</b>	<b>26</b>	<b>16.087</b>	<b>65.970</b>	<b>113</b>	<b>66.083</b>
LFT	16.061	26	16.087	65.970	113	66.083
<b>Títulos privados</b>	<b>92.125</b>	<b>157</b>	<b>92.282</b>	<b>51.187</b>	<b>604</b>	<b>51.791</b>
LF / CDB	31.052	12	31.064	4.209	14	4.223
DEB / NC / CRI / CCB	61.073	145	61.218	46.978	590	47.568
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b>	<b>30.401</b>	<b>-</b>	<b>30.401</b>	<b>35.210</b>	<b>-</b>	<b>35.210</b>
Ações mercado aberto	4.088	-	4.088	6.213	-	6.213
Quotas de fundos de investimentos	26.313	-	26.313	28.997	-	28.997
<b>Total</b>	<b>138.587</b>	<b>183</b>	<b>138.770</b>	<b>152.367</b>	<b>717</b>	<b>153.084</b>

Legenda: LFT: Letras Financeira do Tesouro, LF: Letra Financeira, CDB: Certificado de Depósito Bancário, CCB: Cédula de Crédito Bancário, DEB: Debêntures, CRI: Certificado de Recebíveis Imobiliários e NC: Nota Comercial.

**5.4. Hierarquia de valor justo das aplicações financeiras**

	30/06/2019			31/12/2018		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Títulos públicos - LFT	16.087	-	-	66.083	-	-
Titulos privados - LF / CDB	-	31.064	-	-	4.223	-
Titulos privados - DEB / NC / CRI / CCB	-	61.218	-	-	47.568	-
Quotas de fundos de investimentos	-	26.313	-	-	28.997	-
Ações	4.088	-	-	6.213	-	-
<b>Total</b>	<b>20.175</b>	<b>118.595</b>	<b>-</b>	<b>72.296</b>	<b>80.788</b>	<b>-</b>

Os títulos mobiliários dos fundos de investimento são valorizados diariamente a valor justo, conforme determinações do Banco Central do Brasil. Dessa forma, o valor das cotas de propriedade da Companhia já refletem o valor justo desses ativos. Os fundos de investimentos são classificados como Nível 2 e podem usar derivativos dentro da sua estratégia de investimento (vide nota 3.2.c).

**5.5. Derivativos**

A Companhia, opera diretamente com derivativos, especificamente contratos de dolar futuro, negociados na [B3], e na data de 30 de junho de 2019, possui 45 contratos de dólar futuro cujo objetivo é de proteger-se de flutuações em suas obrigações em dólares americanos que possam ser causados por mudanças da taxa de câmbio. A posição comprada desses contratos representam um valor nominal equivalente a R\$ 8.658. Sobre estas posições de dólar, a Companhia possui a quantidade de 262 LFT's oferecidas como garantia de margem, totalizando R\$ 2.670.

**5.6. Movimentações das aplicações financeiras**

	Valor justo por Meio do resultado	Disponível para Venda	Total
<b>Saldos em 1º de Janeiro de 2019</b>	<b>35.210</b>	<b>117.874</b>	<b>153.084</b>
(+) Aplicações	32.811	134.536	167.347
(-) Resgates	(40.289)	(149.135)	(189.424)
(+) Rendimentos	2.669	4.911	7.580
(+/-) Ajuste a valor justo	-	183	183
<b>Saldos em 30 de Junho de 2019</b>	<b>30.401</b>	<b>108.369</b>	<b>138.770</b>

	Valor justo por Meio do resultado	Disponível para Venda	Total
<b>Saldo em 1º de Janeiro de 2018</b>	<b>30.488</b>	<b>118.960</b>	<b>149.448</b>
(+) Aplicações	38.958	116.920	155.878
(-) Resgates	(32.051)	(126.846)	(158.897)
(+) Rendimentos	273	3.853	4.126
(+/-) Ajuste a valor justo	-	316	316
<b>Saldos em 30 de Junho de 2018</b>	<b>37.668</b>	<b>113.203</b>	<b>150.871</b>

**5.7 Desempenho:** A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos certificados de depósitos interbancários (CDI). A administração também avalia a rentabilidade dos seus investimentos excluindo as aplicações em fundo cambial, usado para o *hedge* dos passivos financeiros em moeda estrangeira.

Ano	Rendimento (%)			Porcentagem do CDI (%)		Rendimento sobre CDI (%)	
	Carteira completa	Excluindo fundo cambial	CDI	Carteira completa	Excluindo fundo cambial	Carteira completa	Excluindo fundo cambial
2019 (i)	3,81	3,81	3,07	124	124	0,74	0,74
2018	7,73	7,73	6,40	120	120	1,33	1,33
2017	28,52	31,23	9,93	287	315	18,59	21,30
2016	11,08	14,17	14,06	79	101	(2,98)	0,11
2015	15,77	14,23	13,23	119	108	2,54	1,00
2014	11,78	11,46	10,81	109	106	0,97	0,65
2013	8,44	8,46	8,06	105	105	0,38	0,40

(i) compreende o período de janeiro a junho de 2019.

## 6. Créditos e Débitos de Operações com Seguros e Resseguros

### 6.1. Composição

Grupo	Créditos de operações		Débitos de operações	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Patrimonial	36.472	28.414	14.447	11.491
Riscos especiais	47	211	25	43
Responsabilidades	4.639	2.953	1.756	1.836
Automóvel	2.366	2.065	285	798
Transportes	11.174	18.440	7.338	12.653
Riscos financeiros	18.620	12.964	13.204	15.937
Pessoas coletivo	2.298	2.488	362	382
Habitacional	1	1	264	264
Rural	8.544	9.135	3.001	6.654
Pessoas individual	37	382	4	5
Marítimos	1.988	1.543	2.041	1.317
Aeronáuticos	354	876	209	215
Petróleo	104	79	40	25
Aceitações do exterior (*)	47.819	32.122	7.811	4.499
<b>Total</b>	<b>134.463</b>	<b>111.673</b>	<b>50.787</b>	<b>56.119</b>

(\*) Referem-se ao grupo 12 "Outros" e grupo 20 "Aceitações do exterior".

**6.1.a. Movimentações dos créditos das operações de seguros e resseguros**

	<u>01/01/2019 a 30/06/2019</u>	<u>01/01/2018 a 30/06/2018</u>
<b>Saldo inicial</b>	<b>111.673</b>	<b>83.777</b>
Prêmios emitidos	92.876	59.992
Variação da RVNE	3.338	172
Recebimento	(77.022)	(48.000)
Oscilação cambial	(678)	5.046
Variação de recuperação de sinistros	4.276	874
<b>Saldo final</b>	<b><u>134.463</u></b>	<b><u>101.861</u></b>

**6.1.b. Movimentações dos débitos das operações de seguros e resseguros**

	<u>01/01/2019 a 30/06/2019</u>	<u>01/01/2018 a 30/06/2018</u>
<b>Saldo inicial</b>	<b>56.119</b>	<b>33.027</b>
Prêmios de retrocessão emitidos	48.431	25.745
Variação da RVNE	1.572	(627)
Corretagem	878	258
Pagamentos	(56.377)	(18.814)
Oscilação cambial	164	442
<b>Saldo final</b>	<b><u>50.787</u></b>	<b><u>40.031</u></b>

**6.2. Fluxo estimado de recebimentos e pagamentos****6.2.a. Prazos de recebimento de créditos das operações com resseguro e retrocessão:**

	<u>30/06/2019</u>			<u>31/12/2018</u>		
	<u>Vincendos</u>	<u>Vencidos</u>	<u>Total</u>	<u>Vincendos</u>	<u>Vencidos</u>	<u>Total</u>
Sem vencimento <sup>(*)</sup>	62.140	-	62.140	46.305	-	46.305
1 a 30 dias	23.571	4.792	28.363	29.193	4.791	33.984
31 a 60 dias	3.698	5.589	9.287	4.083	1.160	5.243
61 a 120 dias	6.158	9.811	15.969	9.312	876	10.188
121 a 180 dias	4.463	1.494	5.957	3.295	2.476	5.771
181 a 365 dias	9.795	1.540	11.335	7.948	1.065	9.013
Acima de 365 dias	225	2.594	2.819	205	2.371	2.576
Redução ao valor recuperável	-	(1.407)	(1.407)	-	(1.407)	(1.407)
<b>Total</b>	<b><u>110.050</u></b>	<b><u>24.413</u></b>	<b><u>134.463</u></b>	<b><u>100.341</u></b>	<b><u>11.332</u></b>	<b><u>111.673</u></b>

(\*) Os valores são registrados com base em informações apresentadas pelas cedentes e são liquidadas financeiramente em prazos variados. Determinados créditos apresentados na coluna "vencidos" aguardam esclarecimentos e/ou documentações adicionais para que venham a ser recebidos, não caracterizando inadimplência. Para contratos facultativos, a média de parcelamento dos prêmios de resseguros é de 3 (três) parcelas.

**6.2.b. Prazos de pagamento de débitos das operações de retrocessão:**

	30/06/2019			31/12/2018		
	Vincendos	Vencidos	Total	Vincendos	Vencidos	Total
Sem vencimento <sup>(*)</sup>	17.684	-	17.684	16.950	-	16.950
1 a 30 dias	12.068	551	12.619	20.847	372	21.219
31 a 60 dias	5.481	767	6.248	4.735	117	4.852
61 a 120 dias	3.352	524	3.876	8.465	1.683	10.148
121 a 180 dias	5.856	(10)	5.846	275	232	507
181 a 365 dias	3.829	112	3.941	2.039	82	2.121
Acima de 365 dias	421	152	573	246	76	322
<b>Total</b>	<b>48.691</b>	<b>2.096</b>	<b>50.787</b>	<b>53.557</b>	<b>2.562</b>	<b>56.119</b>

(\*) Os valores são registrados com base em informações apresentadas pelas cedentes gerando obrigações junto aos retrocessionários, registrados neste grupo "débitos de operações de retrocessão". Os valores apresentados na coluna "vencidos" aguardam esclarecimentos e/ou documentações adicionais para que venham a ser liquidados, não caracterizando-se inadimplência por parte da Companhia.

**7. Créditos Tributários e Previdenciários****7.1.a. Créditos tributários**

	31/12/18	Constit./ transf.	Baixas / transf.	Atualizações	30/06/19
<b>Circulante</b>	<b>1.670</b>	<b>301</b>	<b>(909)</b>	<b>1</b>	<b>1.063</b>
Créditos de IRPJ – antecipações	959	301	(325)	8	943
Créditos de CSLL - antecipações	594	-	(584)	(10)	-
Créditos de PIS e COFINS	117	-	-	3	120
<b>Não circulante</b>	<b>5.257</b>	<b>1.713</b>	<b>(1.668)</b>	<b>-</b>	<b>5.302</b>
Créditos de imposto de renda - prejuízo fiscal	1.219	-	(166)	-	1.053
Créditos de imposto de renda - ajustes temporais	675	950	(763)	-	862
Créditos de contribuição social - base negativa	731	-	(99)	-	632
Créditos de contribuição social - ajustes temporais	541	617	(640)	-	518
PIS e Cofins diferidos	2.091	146	-	-	2.237
<b>Total</b>	<b>6.927</b>	<b>2.014</b>	<b>(2.577)</b>	<b>1</b>	<b>6.365</b>



**7.1.b. Créditos de imposto de renda e contribuição social de prejuízos fiscais e bases negativas**

	<b>Valor</b>
Créditos constituídos até o ano de 2014	7.755
Créditos constituídos no ano de 2015	3.497
Créditos constituídos no ano de 2016	212
Compensação no exercício de 2017	(5.237)
Compensação no exercício de 2018	(1.352)
Compensação até 30 de junho de 2019	(662)
<b>Estoque após compensação</b>	<b>4.213</b>
Crédito de prejuízo fiscal	1.053
Base negativa	632

Os créditos foram ativados com base em projeção de lucros tributáveis futuros e a Companhia estima que esses créditos serão realizados da seguinte forma: (i) ano de 2019 no montante de R\$ 770 de prejuízo fiscal de IRPJ e R\$ 462 de base negativa de CSLL; (ii) ano de 2020 no montante de R\$ 283 de prejuízo fiscal de IRPJ e R\$ 170 de base negativa de CSLL.

Os valores de base negativa da CSLL, foram ajustadas à alíquota de 15%, conforme prazo de vigência temporária da Medida Provisória 675/2015.

**7.2. Despesas de imposto de renda e contribuição social**

	<b>30/06/2019</b>		<b>30/06/2018</b>	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Lucro antes dos impostos, JCP e participações</b>	<b>422</b>	<b>422</b>	<b>3.240</b>	<b>3.240</b>
Participações sobre o lucro	(87)	(87)	(101)	(101)
<b>Lucro antes dos impostos e JCP, e após participações</b>	<b>335</b>	<b>335</b>	<b>3.139</b>	<b>3.139</b>
Juros sobre capital próprio	-	-	(1.175)	(1.175)
<b>Lucro ajustado</b>	<b>335</b>	<b>335</b>	<b>1.964</b>	<b>1.964</b>
Adições / (exclusões) permanentes	1.124	1.124	87	87
Adições / (exclusões) temporais	749	749	879	879
<b>(=) Lucro antes das compensações</b>	<b>2.208</b>	<b>2.208</b>	<b>2.930</b>	<b>2.930</b>
Compensação prejuízo fiscal / base negativa	(662)	(662)	(879)	(879)
<b>(=) Lucro após as compensações</b>	<b>1.546</b>	<b>1.546</b>	<b>2.051</b>	<b>2.051</b>
<b>Imposto corrente - alíquotas vigêntes</b>	<b>a 365</b>	<b>232</b>	<b>488</b>	<b>410</b>
<b>IR / CS diferidos</b>	<b>b (21)</b>	<b>122</b>	<b>-</b>	<b>145</b>
Constituição / (realização) de prejuízo fiscal e base negativa	166	99	220	320
Constituição / (realização) de crédito tributário e ajustes temporais	(187)	23	(220)	(175)
<b>(=) Total das despesas de IR e CS</b>	<b>a+b 344</b>	<b>354</b>	<b>488</b>	<b>555</b>
Alíquota efetiva	82%	84%	15%	17%

## 8. Transações com Partes Relacionadas

A Terra Brasis possui contratos para gestão de sua carteira de investimentos com a Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda – empresa coligada . A remuneração sobre estes contratos no semestre de 2019 foi de R\$ 392 (R\$ 360 em 30 de junho de 2018).

A Terra Brasis realiza investimentos em fundos abertos geridos pela Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda. empresa ligada aos acionistas controladores. As despesas correspondentes à administração dos fundos estão embutidas e são deduzidas das receitas.

## 9. Depósitos de Terceiros

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
De 1 a 30 dias	1.940	1.430
De 31 a 60 dias	619	22
De 61 a 120 dias	382	-
De 121 a 180 dias	634	74
De 181 a 365 dias	367	208
Acima de 365 dias	58	47
<b>Total</b>	<b><u>4.000</u></b>	<b><u>1.781</u></b>

**10. Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado e Exigência de Capital**

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>101.960</b>	<b>103.896</b>
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(184)	(149)
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas	(1.685)	(1.950)
Ativos intangíveis	(130)	(148)
<b>a. Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)</b>	<b>99.961</b>	<b>101.649</b>
<b>b. Capital base</b>	<b>60.000</b>	<b>60.000</b>
<b>c. Capital de risco</b>	<b>29.319</b>	<b>25.055</b>
Parcela baseada no risco de subscrição	18.753	13.892
Parcela baseada no risco de crédito	11.295	11.737
Parcela baseada no risco de mercado	4.652	4.690
Benefício da diversificação	(6.725)	(6.321)
Parcela baseada no risco operacional	1.344	1.057
<b>d. Capital Mínimo Requerido (max[b,c])</b>	<b>60.000</b>	<b>60.000</b>
<b>e. Suficiência de capital (a - d)</b>	<b>39.961</b>	<b>41.649</b>
Suficiência de capital (e/d)	67%	69%
<b>Liquidez em relação ao capital mínimo requerido (20% do Capital de Risco)</b>	<b>5.864</b>	<b>5.011</b>

## 11. Provisões Técnicas e Custos de Aquisição Diferidos

### 11.1 Resseguros e retrocessões aceitas

30/06/2019	Provisão de prêmios não ganhos			Provisão de sinistros		Outras provisões		Total
	Aceitos	RVNE	Comissão	IBNR	Avisados	PET	PDR-IBNR	
Patrimonial	29.376	4.627	(3.548)	11.545	58.900	44	282	101.226
Riscos especiais	67	12	-	150	956	-	4	1.189
Responsabilidades	4.690	680	(891)	1.735	9.792	20	42	16.068
Automóvel	3.372	425	(998)	691	632	47	17	4.186
Transportes	5.185	868	(341)	3.176	14.759	220	78	23.945
Riscos financeiros	42.943	4.726	(16.565)	7.586	6.566	738	185	46.179
Pessoas coletivo	753	126	(50)	1.303	1.218	218	32	3.600
Habitacional	-	-	-	290	12	15	7	324
Rural	5.299	680	(1.500)	88	3.992	175	2	8.736
Pessoas individual	8	2	-	142	18	98	4	272
Marítimos	1.636	279	(76)	621	2.207	60	15	4.742
Aeronáuticos	222	31	(49)	42	2.163	20	1	2.430
Petróleo	64	11	(6)	46	-	-	1	116
Aceitações do exterior (*)	33.964	4.327	(9.810)	3.284	14.209	1.801	81	47.856
<b>Total</b>	<b>127.579</b>	<b>16.794</b>	<b>(33.834)</b>	<b>30.699</b>	<b>115.424</b>	<b>3.456</b>	<b>751</b>	<b>260.869</b>

(\*) Referem-se ao grupo 12 "Outros" e grupo 20 "Aceitações do exterior".

31/12/2018	Provisão de prêmios não ganhos			Provisão de sinistros			Outras provisões		Total
	Aceitos	RVNE	Comissão	IBNR	IBNER	Avisados	PET	PDR-IBNR	
Patrimonial	28.449	3.952	(3.305)	-	5.464	70.204	-	-	104.764
Riscos especiais	185	25	-	118	-	743	-	3	1.074
Responsabilidades	3.574	462	(485)	2.681	-	11.119	22	67	17.440
Automóvel	3.713	417	(1.300)	341	-	719	36	9	3.935
Transportes	8.816	1.201	(1.114)	2.128	-	16.146	349	53	27.579
Riscos financeiros	36.381	3.632	(14.229)	11.055	-	5.755	594	277	43.465
Pessoas coletivo	1.141	188	(6)	2.011	-	927	291	51	4.603
Habitacional	-	(2)	-	547	-	8	15	14	582
Rural	8.046	970	(2.293)	299	-	3.059	123	7	10.211
Pessoas individual	160	27	(1)	152	-	-	-	4	342
Marítimos	1.389	122	(54)	457	-	1.380	34	11	3.339
Aeronáuticos	555	24	(109)	317	-	1.694	22	9	2.512
Petróleo	79	12	(6)	14	-	-	-	-	99
Aceitações do exterior (*)	25.395	2.684	(7.174)	-	-	15.750	1.308	-	37.963
<b>Total</b>	<b>117.883</b>	<b>13.714</b>	<b>(30.076)</b>	<b>20.120</b>	<b>5.464</b>	<b>127.504</b>	<b>2.794</b>	<b>505</b>	<b>257.908</b>

(\*) Referem-se ao grupo 12 "Outros" e grupo 20 "Aceitações do exterior".

Obs: RVNE: Riscos Vigentes Não Emitidos; Comissão: Comissão da Cedente; IBNR: Sinistros Ocorridos e Não Avisados (Incurred But Not Reported); IBNER (Incurred But Not Enough Reported); PET: Provisão de Excedentes Técnicos; PDR-IBNR: Provisão de Despesas Relacionadas de IBNR.

## 11.2 Ativos de resseguro e retrocessão

30/06/2019	Provisão de prêmios não ganhos			Provisão de sinistros		Outras provisões	Total
	Cedidos	RVNE	Comissão	IBNR	Avisados	PET	
<b>Grupo</b>							
Patrimonial	17.048	2.113	(1.871)	7.178	39.567	40	64.075
Riscos especiais	8	1	(1)	74	637	-	719
Responsabilidades	1.738	261	(424)	815	2.073	-	4.463
Automóvel	1.100	126	(431)	47	-	-	842
Transportes	1.925	326	(364)	2.155	12.665	43	16.750
Riscos financeiros	36.329	3.909	(15.706)	6.001	3.569	452	34.554
Pessoas coletivo	252	1	(1)	500	38	96	886
Habitacional	-	-	-	77	2	(18)	61
Rural	2.566	318	(922)	44	2.817	(21)	4.802
Marítimos	626	116	(137)	54	707	4	1.370
Aeronáuticos	5	3	(4)	13	322	-	339
Petróleo	17	2	(3)	15	-	2	33
Aceitações do exterior (*)	3.549	474	(1.098)	178	622	33	3.758
<b>Total</b>	<b>65.163</b>	<b>7.650</b>	<b>(20.962)</b>	<b>17.151</b>	<b>63.019</b>	<b>631</b>	<b>132.652</b>

(\*) Referem-se ao grupo 12 "Outros" e grupo 20 "Aceitações do exterior".

31/12/2018	Provisão de prêmios não ganhos			Provisão de sinistros			Outras provisões	Total
	Cedidos	RVNE	Comissão	IBNR	IBNER	Avisados	PET	
<b>Grupo</b>								
Patrimonial	10.301	1.422	(1.460)	-	5.464	47.080	40	62.847
Riscos especiais	18	1	(3)	61	-	635	-	712
Responsabilidades	1.913	239	(456)	1.295	-	6.576	-	9.567
Automóvel	1.071	127	(427)	28	-	12	-	811
Transportes	4.632	615	(1.066)	1.455	-	11.838	34	17.508
Riscos financeiros	30.699	3.091	(13.648)	8.972	-	3.711	329	33.154
Pessoas coletivo	68	10	(11)	941	-	22	100	1.130
Habitacional	-	(2)	-	149	-	1	(17)	131
Rural	5.285	630	(1.894)	139	-	1.815	(34)	5.941
Marítimos	371	38	(70)	31	-	337	5	712
Aeronáuticos	27	(25)	(6)	106	-	280	1	383
Petróleo	17	3	(2)	4	-	-	-	22
Aceitações do exterior (*)	2.425	58	(715)	-	-	634	8	2.410
<b>Total</b>	<b>56.827</b>	<b>6.207</b>	<b>(19.758)</b>	<b>13.181</b>	<b>5.464</b>	<b>72.941</b>	<b>466</b>	<b>135.328</b>

(\*) Referem-se ao grupo 12 "Outros" e grupo 20 "Aceitações do exterior".

Obs: RVNE: Riscos Vigentes Não Emitidos; Comissão: Comissão da Cedente; IBNR: Sinistros Ocorridos e Não Avisados (Incurred But Not Reported); IBNER (Incurred But Not Enough Reported); PET: Provisão de Excedentes Técnicos; PDR-IBNR: Provisão de Despesas Relacionadas de IBNR.

## 11.3 Movimentação das provisões técnicas

<b>PPNG – Aceitos</b>	<b>PPNG</b>	<b>RVNE</b>	<b>Outras provisões - PET</b>	<b>Total provisão de Prêmios</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>87.807</b>	<b>13.714</b>	<b>2.794</b>	<b>104.315</b>
Prêmio emitido no período	83.359	3.338	-	86.697
Prêmio ganho no período	(80.260)	3.080	-	(77.180)
PET/PDR	-	-	662	662
Variação da estimativa	2.839	(3.338)	-	(499)
<b>Saldos em 30 de junho de 2019</b>	<b>93.745</b>	<b>16.794</b>	<b>3.456</b>	<b>113.995</b>

<b>PSL – Aceitos</b>	<b>IBNR</b>	<b>PDR/IBNR</b>	<b>IBNER</b>	<b>PSL</b>	<b>Total provisão de Sinistros</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>20.120</b>	<b>505</b>	<b>5.464</b>	<b>127.504</b>	<b>153.593</b>
Variação da estimativa	10.579	246	(5.464)	(5.244)	117
Oscilação cambial	-	-	-	(208)	(208)
Movimento sinistros avisados	-	-	-	41.468	41.468
Sinistros pagos no período	-	-	-	(48.096)	(48.096)
<b>Saldos em 30 de junho de 2019</b>	<b>30.699</b>	<b>751</b>	<b>-</b>	<b>115.424</b>	<b>146.874</b>

<b>PPNG – Cedido</b>	<b>PPNG</b>	<b>RVNE</b>	<b>Outras provisões - PET</b>	<b>Total provisão de Prêmios</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>37.069</b>	<b>6.207</b>	<b>466</b>	<b>43.742</b>
Prêmio emitido no período	62.918	1.442	-	64.360
Prêmio ganho no período	(54.315)	(1.442)	-	(55.757)
PET	-	-	165	165
Variação da estimativa	(1.471)	1.443	-	(28)
<b>Saldos em 30 de junho de 2019</b>	<b>44.201</b>	<b>7.650</b>	<b>631</b>	<b>52.482</b>

<b>PSL – Cedido</b>	<b>IBNR</b>	<b>IBNER</b>	<b>PSL</b>	<b>Total provisão de Sinistros</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>13.181</b>	<b>5.464</b>	<b>72.941</b>	<b>91.586</b>
Variação da estimativa	3.970	(5.464)	(6.040)	(7.534)
Oscilação cambial	-	-	158	158
Movimento sinistros avisados	-	-	7.620	7.620
Sinistros recuperados no período	-	-	(11.660)	(11.660)
<b>Saldos em 30 de junho de 2019</b>	<b>17.151</b>	<b>-</b>	<b>63.019</b>	<b>80.170</b>

## 11.4 Custos de aquisição diferidos

Grupo	01/01/2019 a 30/06/2019				
	Saldo Inicial	Corretagem		Oscilação cambial	Saldo final
		Consti- tuição	Diferi- mento		
Patrimonial	985	761	(811)	5	940
Riscos especiais	21	1	(14)	-	8
Responsabilidades	188	193	(151)	(4)	226
Automóvel	87	93	(79)	-	101
Transportes	470	369	(376)	(5)	458
Riscos financeiros	110	248	(118)	2	242
Pessoas coletivo	97	79	(116)	(4)	56
Rural	224	97	(174)	-	147
Pessoas individual	3	-	(2)	-	1
Marítimos	168	255	(201)	1	223
Aeronáuticos	22	2	(16)	2	10
Petróleo	-	1	(1)	2	2
Aceitações do exterior (*)	809	1.174	(922)	(17)	1.044
<b>Total</b>	<b>3.184</b>	<b>3.273</b>	<b>(2.981)</b>	<b>(18)</b>	<b>3.458</b>

(\*) Referem-se ao grupo 12 "Outros" e grupo 20 "Aceitações do exterior".

Para a carteira atual de negócios, o prazo médio de diferimento dos contratos Proporcionais é de 24 meses e Facultativos 12 meses.



**11.5 Desenvolvimento de sinistros****11.5.a. Tabela de desenvolvimento de sinistros a liquidar - bruto de retrocessões**

O quadro de desenvolvimento de sinistros ilustra a evolução dos avisos de sinistros recebidos pela Terra Brasis para cada ano de subscrição dos contratos. Partindo do ano em que o contrato de resseguro foi subscrito, a parte superior do quadro demonstra a evolução dos avisos de sinistros no decorrer dos anos. O montante avisado varia à medida que informações mais atualizadas são obtidas através de dados enviados pelas cedentes sobre contratos subscritos. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis na data-base dessas demonstrações financeiras intermediárias.

	Ano de Subscrição								Total
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
<b>Montante avisado de sinistros</b>									
No ano de subscrição	-	5.097	3.391	18.581	7.145	14.215	12.555	1.878	1.878
Um ano após o ano de subscrição	450	17.267	46.435	35.702	27.492	70.161	46.452	-	46.452
Dois anos após o ano de subscrição	1.570	32.485	77.016	61.609	50.561	83.526	-	-	83.526
Três anos após o ano de subscrição	1.776	34.712	67.705	67.497	55.330	-	-	-	55.330
Quatro anos após o ano de subscrição	1.220	35.890	66.246	54.524	-	-	-	-	54.524
Cinco anos após o ano de subscrição	1.166	35.990	60.167	-	-	-	-	-	60.167
Seis anos após o ano de subscrição	1.171	37.134	-	-	-	-	-	-	37.134
Sete anos após o ano de subscrição	1.184	-	-	-	-	-	-	-	1.184
<b>Posição em 30/06/2019</b>	<b>1.184</b>	<b>37.134</b>	<b>60.167</b>	<b>54.524</b>	<b>55.330</b>	<b>83.526</b>	<b>46.452</b>	<b>1.878</b>	<b>340.195</b>
<b>Montante sinistros pagos</b>									
No ano de subscrição	-	(412)	(239)	(125)	(1.805)	(1.669)	(3.208)	(948)	(948)
Um ano após o ano de subscrição	(4)	(6.437)	(10.764)	(11.748)	(14.900)	(26.452)	(19.067)	-	(19.067)
Dois anos após o ano de subscrição	(582)	(22.116)	(30.677)	(24.624)	(35.623)	(43.495)	-	-	(43.495)
Três anos após o ano de subscrição	9850	(26.186)	(43.011)	(34.808)	(40.090)	-	-	-	(40.090)
Quatro anos após o ano de subscrição	(1.067)	(28.955)	(45.087)	(42.799)	-	-	-	-	(42.799)
Cinco anos após o ano de subscrição	(1.075)	(30.332)	(46.244)	-	-	-	-	-	(46.244)
Seis anos após o ano de subscrição	(1.166)	(30.952)	-	-	-	-	-	-	(30.952)
Sete anos após o ano de subscrição	(1.176)	-	-	-	-	-	-	-	(1.176)
<b>Posição em 30/06/2019</b>	<b>(1.176)</b>	<b>(30.952)</b>	<b>(46.244)</b>	<b>(42.799)</b>	<b>(40.090)</b>	<b>(43.495)</b>	<b>(19.067)</b>	<b>(948)</b>	<b>(224.771)</b>
<b>Saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) em 30/06/2019</b>	<b>8</b>	<b>6.182</b>	<b>13.923</b>	<b>11.725</b>	<b>15.240</b>	<b>40.031</b>	<b>27.384</b>	<b>930</b>	<b>115.424</b>

**11.5.b. Tabela de desenvolvimento de sinistros a liquidar - líquido de retrocessões**

	Ano de Subscrição								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
<b>Montante avisado de sinistros</b>									
No ano de subscrição	-	3.829	2.323	7.044	2.981	12.808	8.577	1.231	1.231
Um ano após o ano de subscrição	319	10.278	24.683	18.414	21.001	43.815	27.027	-	27.027
Dois anos após o ano de subscrição	1.175	16.223	32.294	32.901	35.913	53.606	-	-	53.606
Três anos após o ano de subscrição	1.398	16.325	30.493	37.313	37.461	-	-	-	37.461
Quatro anos após o ano de subscrição	821	15.751	30.107	34.371	-	-	-	-	34.371
Cinco anos após o ano de subscrição	791	16.035	28.029	-	-	-	-	-	28.029
Seis anos após o ano de subscrição	795	16.692	-	-	-	-	-	-	16.692
Sete anos após o ano de subscrição	806	-	-	-	-	-	-	-	806
<b>Posição em 30/06/2019</b>	<b>806</b>	<b>16.692</b>	<b>28.029</b>	<b>34.371</b>	<b>37.461</b>	<b>53.606</b>	<b>27.027</b>	<b>1.231</b>	<b>199.223</b>
<b>Montante sinistros pagos</b>									
No ano de subscrição	-	(271)	(148)	(87)	(1.090)	(1.445)	(2.584)	(759)	(759)
Um ano após o ano de subscrição	(2)	(3.955)	(6.057)	(8.127)	(10.895)	(22.871)	(12.228)	-	(12.228)
Dois anos após o ano de subscrição	(360)	(10.515)	(14.181)	(16.697)	(27.054)	(36.909)	-	-	(36.909)
Três anos após o ano de subscrição	(537)	(12.509)	(19.740)	(24.309)	(30.402)	-	-	-	(30.402)
Quatro anos após o ano de subscrição	(719)	(13.146)	(20.975)	(30.001)	-	-	-	-	(30.001)
Cinco anos após o ano de subscrição	(724)	(13.670)	(21.921)	-	-	-	-	-	(21.921)
Seis anos após o ano de subscrição	(791)	(13.800)	-	-	-	-	-	-	(13.800)
Sete anos após o ano de subscrição	(798)	-	-	-	-	-	-	-	(798)
<b>Posição em 30/06/2019</b>	<b>(798)</b>	<b>(13.800)</b>	<b>(21.921)</b>	<b>(30.001)</b>	<b>(30.402)</b>	<b>(36.909)</b>	<b>(12.228)</b>	<b>(759)</b>	<b>(146.818)</b>
<b>Saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) em 30/06/2019</b>	<b>8</b>	<b>2.892</b>	<b>6.108</b>	<b>4.370</b>	<b>7.059</b>	<b>14.950</b>	<b>16.546</b>	<b>472</b>	<b>52.405</b>

## 12. Cobertura das Provisões Técnicas

A Companhia mantém vinculadas em garantia das provisões técnicas quotas de fundos de investimento, títulos públicos e títulos privados no montante de R\$ 96.435, quantia superior à necessidade de cobertura de R\$ 87.707, calculada conforme Resolução CNSP nº 321/2015.

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisões técnicas	260.869	257.908
Ativo de resseguro	(110.809)	(103.430)
Direitos creditórios	(62.353)	(49.987)
<b>Montante a ser garantido</b>	<b>87.707</b>	<b>104.491</b>
Quotas de fundos de investimentos	18.111	5.086
Títulos públicos	13.419	62.408
Títulos privados	64.905	46.621
<b>Garantia das provisões técnicas</b>	<b>96.435</b>	<b>114.115</b>
<b>Suficiência</b>	<b>8.728</b>	<b>9.624</b>

A Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações determinam que as resseguradoras apresentem índice de liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 30 de junho de 2019, a Companhia apresenta índice de liquidez de 29,7%.

## 13. Grupos de Ramos de Atuação

### 13.1 Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos dos grupos de ramos de atuação e seus índices de retenção são:

	<u>Prêmio emitido</u>		<u>Prêmio cedido retrocessão</u>		<u>Retenção (%)</u>	
	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Aceitações do exterior (*)	28.664	14.244	(2.710)	(287)	91	92
Patrimonial	28.503	19.141	(23.958)	(10.809)	16	26
Riscos financeiros	15.891	9.692	(12.298)	(7.707)	23	25
Transportes	12.051	7.839	(8.337)	(3.656)	31	40
Responsabilidades	3.681	2.208	(1.085)	(836)	71	60
Rural	2.339	2.591	(385)	(233)	84	96
Marítimos	1.872	1.120	(636)	(313)	66	52
Pessoas coletivo	1.685	600	(470)	(215)	72	199
Automóvel	1.540	1.998	(102)	(848)	93	100
Petróleo	28	-	(14)	-	-	-
Riscos especiais	(3)	(30)	(1)	(6)	144	400
Aeronáuticos	(12)	739	(6)	(204)	147	70
Pessoas individual	(25)	-	-	-	-	-
Habitacional	-	22	-	(4)	-	92
<b>Total</b>	<b>96.214</b>	<b>60.164</b>	<b>(50.002)</b>	<b>(25.118)</b>	<b>48</b>	<b>44</b>

(\*) Referem-se ao grupo 12 "Outros" e grupo 20 "Aceitações do exterior".

### 13.2 Prêmios ganhos

Os prêmios ganhos dos grupos de ramos de atuação e seus índices de sinistralidade e de corretagem são:

Grupo	30/06/2019			30/06/2018		
	Prêmio ganho	Sinistralidade (%)	Corretagem (%)	Prêmio ganho	Sinistralidade (%)	Corretagem (%)
Patrimonial	27.101	63,5	3,0	21.643	44,2	4,3
Aceitações do exterior (*)	20.672	48,2	4,4	12.233	108	3,9
Transportes	15.216	35,1	2,5	7.943	90,3	2,7
Riscos financeiros	10.562	(16,9)	1,1	9.671	3,3	0,3
Rural	4.577	186,1	3,8	946	43,7	6,6
Responsabilidades	2.748	(70,4)	5,5	1.951	16,9	5,1
Pessoas coletivo	2.179	59,2	5,3	974	114,4	7,0
Automóvel	1.572	49,3	5,0	789	24,4	5,2
Marítimos	1.505	94,7	13,4	1.053	26,5	11,3
Aeronáuticos	247	286,4	6,3	865	223,2	5,4
Pessoas individual	151	-	-	-	-	-
Riscos especiais	126	202,0	11,4	81	34,3	10,6
Petróleo	43	-	-	-	-	-
Habitacional	(2)	-	-	32	137,7	-
<b>Total</b>	<b>86.697</b>	<b>48,0</b>	<b>3,4</b>	<b>58.181</b>	<b>59,5</b>	<b>3,6</b>

(\*) Referem-se ao grupo 12 "Outros" e grupo 20 "Aceitações do exterior".

## 14. Patrimônio Líquido

**14.1. Capital social:** O capital social subscrito e totalmente integralizado está representado por 100.105.601 (cem milhões, cento e cinco mil, seiscentos e uma) ações ordinárias sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

Em AGE realizada em 05 de fevereiro de 2014 e homologada pela Susep em 12 de maio de 2014 foi aprovado o aumento de capital por meio de subscrição e integralização de 450 mil ações pelo acionista PAMA Holding Participações e Investimentos Ltda.

Em 04 de fevereiro de 2016, a Pama Holding Participações e Investimentos Ltda., subscreveu e integralizou 200.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo valor de R\$ 272 (duzentos e setenta e dois mil reais), autorizada por meio de Assembleia Geral Extraordinária realizada na mesma data e homologada pela Susep em 02 de março de 2016.

Em AGE realizada em 22 de março de 2018, foi deliberada a aprovação da emissão e da integralização de 109.612 ações ordinárias e sem valor nominal a Terra Brasis Partners Participações Ltda., a serem efetuadas em 31 de julho de 2018 pelo valor unitário de R\$ 1,034.

Em AGE realizada em 12 de junho de 2019, foi deliberada a recompra de 654.011 (seiscentos e cinquenta e quatro mil e onze) ações que pertenciam a Terra Brasis Partners Participações Ltda. Na mesma AGE, foi deliberado o cancelamento destas ações, ocasionando a redução do capital social em R\$ 680.

**14.2. Reserva de capital:** São recursos recebidos pela Resseguradora, que não passaram por seu Resultado como Receita, por serem recursos direcionados ao reforço do Capital.

**14.3 Reserva de lucros:** Compreende a reserva legal que é constituída ao final de cada exercício social na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. Inclui, também, a reserva estatutária

constituída pelos lucros não distribuídos ao final de cada exercício social cujo saldo poderá ser destinado a aumento de capital ou distribuição aos acionistas.

**14.4. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** São assegurados aos acionistas, ao final de cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido anual ajustado, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Em AGE realizada em 22 de março de 2018, foi deliberada a aprovação de pagamento de dividendos no montante de R\$ 1.681, com base em reservas de lucros do ano anterior.

Em reunião de diretoria realizada em 28 de junho de 2018, foi deliberada a aprovação de pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 1.175, com base em resultado intermediário do exercício.

Em AGE realizada em 20 de setembro de 2018, foi deliberada a aprovação de pagamento de dividendos no montante de R\$ 970, com base em resultado intermediário do exercício.

Em reunião de diretoria realizada em 31 de janeiro de 2019, foi deliberada a aprovação de pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 946, com base no resultado do exercício de 2018.

Em AGO realizada em 12 de abril de 2019, foi deliberada a aprovação de pagamento de dividendos no montante de R\$ 608, com base nos lucros acumulados.

## 15. Políticas de Gerenciamento de Riscos

A Terra Brasis possui uma estrutura abrangente de gerenciamento de riscos, fundamentada na gestão integrada de cada um dos processos de negócios e na adequação do nível assumido de risco a objetivos preestabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos, considerado ferramenta essencial para a otimização da relação risco/retorno para os acionistas da companhia, envolve todas as camadas organizacionais, desde a Alta Administração até as áreas operacionais da Terra Brasis. Visa a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte e controle/mitigação dos riscos materiais e também a adequação do capital e liquidez da Companhia ao seu perfil de risco, às condições de mercado e macroeconômicas e às exigências regulatórias.

A partir do ano de 2017, a Companhia vem realizando trabalho de análise e adoção das orientações da Circular Susep nº 521, de dezembro de 2015, que dispõe sobre a “Estrutura de Gestão de Riscos”. Durante o período, foram reiterados em sua estrutura organizacional, políticas, processos, ferramentas e “reports” que visam garantir que a gestão de riscos é efetivamente praticada e continuamente supervisionada pela própria organização, em um caráter “top-down”, intrínseco à cultura corporativa da Terra Brasis e que os riscos assumidos se encaixam ao apetite de riscos da Companhia.

**15.1. Risco de subscrição:** Risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes das operações assumidas e que contrariem as expectativas associadas às bases técnicas e atuariais utilizadas para o cálculo de prêmios e provisões técnicas.

De maneira a padronizar e garantir a qualidade dos riscos assumidos foram criados Guias de Subscrição (Guidelines) para cada linha de negócio. A adequação às normas destes guias é verificada continuamente e alterações são feitas sempre que necessário.

A retenção máxima por risco, dependendo do ramo de negócio, foi definida entre 2,5% a 4,5% do capital da Terra Brasis, conforme apetite de riscos da companhia. Além disso, contratos de retrocessão são firmados para certas linhas de negócios, reduzindo a volatilidade esperada do resultado da carteira.

Esforço significativo é dado ao controle de possíveis acúmulos. Dentre as maiores fontes de acúmulo, monitora-se, o máximo possível, a exposição da Terra Brasis a possíveis negócios de cosseguros existentes entre Cedentes com as quais a Terra Brasis detém contratos de resseguro e também no ramo do Seguro Garantia, pertencente ao grupo Riscos Financeiros, para o qual um controle constante de acúmulo por tomador (grupo econômico) é realizado.

**15.2. Risco de crédito:** Risco de crédito é definido como o risco de uma contraparte não cumprir com uma obrigação perante a Terra Brasis. A política interna de investimentos prevê diretrizes quanto à exposição a risco de crédito e o seu cumprimento é periodicamente monitorado pelo Comitê de Investimentos.

O gerenciamento do risco de crédito referente aos emissores dos títulos que compõem o portfólio de investimentos da Terra Brasis é efetuado pelos gestores da carteira e dos fundos de investimentos.

De maneira a mitigar os riscos de inadimplência referentes aos recebíveis de retrocessão, o painel de retrocessionários é composto por companhias com *rating* corporativo de alto nível. A tabela a seguir apresenta o total de Sinistros a Recuperar distribuído por *rating* de crédito e tipo de resseguradora (Local, Admitida e Eventual).

<b>Rating</b>	<b>01/01/2019 a 30/06/2019</b>					
	<b>Admitida</b>		<b>Eventual</b>		<b>Total</b>	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>A++</b>	-	-	2.671	3,7	2.671	3,7
<b>A+</b>	2.929	4,1	2.503	3,5	5.432	7,6
<b>A</b>	41.550	57,8	6.765	9,4	48.315	67,2
<b>A-</b>	-	-	15.497	21,5	15.497	21,5
	<b>44.479</b>	<b>61,9</b>	<b>27.436</b>	<b>38,1</b>	<b>71.915</b>	<b>100,0</b>

<b>Rating</b>	<b>01/01/2018 a 30/06/2018</b>							
	<b>Local</b>		<b>Admitida</b>		<b>Eventual</b>		<b>Total</b>	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>A++</b>	-	-	-	-	437	0,8	437	0,8
<b>A+</b>	-	-	3.370	5,8	492	0,9	3.862	6,7
<b>A</b>	-	-	45.825	79,5	3.955	6,9	49.780	86,4
<b>A-</b>	-	-	-	-	3.498	6,1	3.498	6,1
<b>B++</b>	0,1	0,0	-	-	24	0,0	24	0,0
	<b>0,1</b>	<b>0,0</b>	<b>49.195</b>	<b>85,3</b>	<b>8.406</b>	<b>14,7</b>	<b>57.601</b>	<b>100,0</b>

Obs.: Classificados conforme a agência *A.M. Best*, e caso necessário *Standard & Poor's*.

**15.3. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é definido como a possibilidade de ocorrência de dificuldades no cumprimento de compromissos financeiros nos prazos e valores requeridos. A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Os vencimentos dos ativos e passivos financeiros em 30 de junho de 2019, estão classificados da seguinte forma:

<b>Ativos e Passivos</b>	<b>Vencidos</b>	<b>Sem vencimento</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>De 1 a 2 anos</b>	<b>Mais de 2 anos</b>	<b>Total</b>
Caixa e Bancos	-	3.011	-	-	-	3.011
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	-	30.401	-	-	-	30.401
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	25.762	30.921	51.686	108.369
Crédito das operações de seguros e resseguros	24.413	-	110.050	-	-	134.463
Ativos de retrocessão	-	-	109.150	23.502	-	132.652
<b>Total de ativos</b>	<b>24.413</b>	<b>33.412</b>	<b>244.962</b>	<b>54.423</b>	<b>51.686</b>	<b>408.896</b>
						-
Contas a pagar	-	-	2.037	-	-	2.037
Débitos das operações de resseguros	2.096	-	48.691	-	-	50.787
Depósitos de terceiros (*)	-	-	4.000	-	-	4.000
Provisões técnicas	-	-	228.963	31.906	-	260.869
<b>Total de passivos</b>	<b>2.096</b>	<b>-</b>	<b>283.691</b>	<b>31.906</b>	<b>-</b>	<b>317.693</b>

(\*) foram classificados com vencimento em até um ano, considerando que seu recebimento já ocorrera e a Companhia passa a ser responsável em efetuar as baixas dos prêmios e/ou *offset*, que deve ocorrer dentro deste período.

**15.4. Risco operacional:** Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. A Companhia, embora não obrigada pelas normas em vigor, planeja implementar ajustes na sua estrutura, políticas e procedimentos operacionais em linha com os conceitos gerais divulgados pelas Resolução CNSP nº 321/2015 e na Circular Susep nº 517/2015 e alterações posteriores.

**15.5. Risco de mercado:** Risco de mercado é definido como o risco de perdas financeiras resultante de mudanças nos preços e parâmetros de mercado (principalmente curvas de juros, taxas de câmbio, preços de ações, volatilidades e correlações entre ativos).

Para os ativos da carteira de investimento, este risco é mensurado pela metodologia *Value at Risk (VaR)* paramétrico consolidado, observando o histórico de um ano da carteira de investimentos e um nível de confiança de 97,5%. Tal métrica estima o potencial de perda máxima diária da Terra Brasis, em milhares de reais, e seu correspondente percentual da carteira de investimentos estão demonstrados abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Perda máxima diária estimada</u>	<u>(%) da carteira</u>
2019 (i)	166	0,12
2018	389	0,27
2017	78	0,05
2016	353	0,27
2015	210	0,17
2014	159	0,16
2013	264	0,27

(i) Correspondentes ao período de janeiro a junho de 2019.

Para o gerenciamento do risco cambial, a Terra Brasis executa avaliações mensais dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira e utiliza-se de investimentos em fundos cambiais e da aquisição de contratos futuros de dólar negociados na [B3], de maneira a minimizar o descasamento de moedas. Em 30 de junho de 2019, a Resseguradora possuía exposição majoritariamente ao dólar americano.

Em 30 de junho de 2019, a Resseguradora possuía US\$ 20.287 (equivalente a R\$ 77.744) em ativos denominados em dólares americanos e US\$ 20.058 (equivalente a R\$ 76.866) em passivos denominados em dólares americanos, resultando em uma exposição líquida ativa de US\$ 229 (equivalente a R\$ 877).

**15.6. Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade têm por objetivo avaliar o impacto no resultado decorrente de variações nas premissas atuariais e de mercado.

Uma análise de sensibilidade foi realizada nos resultados do teste de adequação de passivos (TAP) e consistiu em medir os impactos da variação da sinistralidade no teste da suficiência das provisões técnicas, considerando os fluxos financeiros de prêmios efetivos e prêmios estimados. Não houve comprometimento da suficiência das provisões. Apresentamos as variações relativas apenas para avaliação e referência, uma vez que as alterações das premissas atuariais não comprometeram a suficiência das provisões técnicas. Alguns resultados da análise de sensibilidade feitos em junho de 2019 e 2018 estão apresentados abaixo.



	30/06/2019			30/06/2018		
	Impacto	% do Resultado	% do PLA	Impacto	% do Resultado	% do PLA
<b>Efeito bruto de retrocessão</b>						
Sinistralidade 10% maior	(6.058)	1.669	(6,0)	(7.404)	(353,3)	(7,3)
Sinistralidade 10% menor	6.036	(1.663)	6,0	7.295	348,0	7,2
Taxa de Juros 10% mais elevada	1.021	(281)	1,0	1.348	64,3	1,3
Taxa de Juros 10% menor	(1.037)	286	(1,0)	(1.375)	(65,6)	(1,4)
Despesas 10% mais elevadas	(86)	24	(0,1)	(145)	(6,9)	(0,1)
<b>Efeito líquido de retrocessão</b>						
Sinistralidade 10% maior	(3.255)	897	(3,3)	(4.485)	(214,0)	(4,4)
Sinistralidade 10% menor	3.236	(892)	3,2	4.378	208,9	4,3
Taxa de Juros 10% mais elevada	587	(162)	0,6	817	39,0	0,8
Taxa de Juros 10% menor	(595)	164	(0,6)	(832)	(39,7)	(0,8)
Despesas 10% mais elevadas	(74)	21	(0,1)	(118)	(5,7)	(0,1)

Outra análise de sensibilidade foi a realizada para a carteira de investimentos através de cálculos de estresses nas posições de fechamento da data-base. O teste constituiu-se de variação na taxa de câmbio, taxas de juros, ações e inflação. As premissas do teste e resultados estão apresentadas abaixo.

- Estrutura a termo da curva de IPCA: Variação de 300 pontos base ou 3% de forma equânime em todos os vértices da curva a termo.
- Estrutura a termo da curva Prefixada: Variação de 300 pontos base ou 3% de forma equânime em todos os vértices da curva a termo
- Índice Bovespa: Variação de 10% no Índice.
- Câmbio: variação de 10% na taxa de câmbio.

Fatores de risco	Cenário A		Cenário B	
	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos
Câmbio	-10%	(37)	10%	37
Ações (Ibovespa)	-10%	(267)	10%	267
Inflação	300bps	(139)	-300bps	139
Juros	300bps	551	-300bps	(551)

**16. Detalhamento das Contas de Resultado**

	<b>30/06/2019</b>	<b>30/06/2018</b>
<b>a. Prêmios:</b>		
1 Resseguro aceito	76.185	55.239
2 Retrocessão aceita	7.309	4.145
3 Resseguro e retrocessão aceito do exterior	38.528	18.116
4 RVNE	3.338	172
5 Comissão da cedente	(29.146)	(17.508)
<b>Total prêmios emitidos</b>	<b>96.214</b>	<b>60.164</b>
6 Variação das provisões	(9.517)	(1.983)
<b>Total prêmios ganhos</b>	<b>86.697</b>	<b>58.181</b>
<b>b. Sinistros incorridos:</b>		
1 Sinistros avisados	(41.468)	(35.041)
2 Variação provisão sinistros ocorridos mas não avisados	(10.826)	1.220
3 IBNER	10.709	(773)
<b>Total</b>	<b>(41.585)</b>	<b>(34.594)</b>
<b>c. Custo de aquisição:</b>		
1 Constituição dos custos de aquisição	(3.271)	(2.118)
2 Variação dos custos de aquisição	293	11
<b>Total</b>	<b>(2.978)</b>	<b>(2.107)</b>
<b>d. Outras receitas e despesas operacionais:</b>		
1 Outras receitas e despesas operacionais	(686)	(1.075)
<b>Total</b>	<b>(686)</b>	<b>(1.075)</b>
<b>e. Resultado com operações de retrocessão</b>		
1 Retrocessão cedida	(62.918)	(35.375)
2 RVNE cedido	(1.572)	627
3 Comissão recebida da retrocessionária	14.487	9.630
4 Variação das provisões de prêmio	8.604	1.499
<b>Total despesa com retrocessão</b>	<b>(41.399)</b>	<b>(23.619)</b>
5 Sinistros avisados de retrocessionárias	7.620	10.443
6 Variação sinistros ocorridos mas não avisados de retrocessionárias	3.970	362
7 IBNER	(7.213)	773
8 Participações nos lucros – retrocessão	(290)	50
<b>Total receita com retrocessão</b>	<b>4.087</b>	<b>11.628</b>
<b>Total</b>	<b>(37.312)</b>	<b>(11.991)</b>
<b>f. Despesas administrativas</b>		
1 Despesas com pessoal	(5.182)	(5.183)
2 Serviços de terceiros	(1.564)	(1.138)
3 Localização e funcionamento	(927)	(816)
4 Publicações legais, representações e publicidade	(816)	(557)
5 Outras despesas	(41)	(20)
<b>Total</b>	<b>(8.530)</b>	<b>(7.714)</b>

**16. Detalhamento das Contas de Resultado (continuação)**

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
<b>g. Despesas com tributos</b>		
1 Impostos federais (incidentes s/ retrocessão e outros)	(1.535)	(832)
2 Impostos estaduais e municipais	(63)	(51)
3 COFINS	(383)	(251)
4 PIS	(62)	(41)
5 Taxa de fiscalização Susep	(260)	(198)
6 Contribuição sindical	(34)	(30)
<b>Total</b>	<u><b>(2.337)</b></u>	<u><b>(1.403)</b></u>
<b>h. Resultado financeiro</b>		
<b>Receitas:</b>		
<b>Ativos livres</b>		
1 Títulos de renda variável	2.585	148
2 Títulos privados de renda fixa	1.389	376
3 Títulos públicos de renda fixa	160	-
4 Quotas de outros fundos de investimento	873	1.152
5 Contratos de Dólar Futuro - BM&F	7.089	4.837
<b>Ativos vinculados</b>		
6 Títulos privados de renda fixa	1.683	1.466
7 Títulos públicos de renda fixa	1.679	1.951
8 Quotas de outros fundos de investimento	830	177
9 Oscilação cambial	17.776	15.817
10 Receitas eventuais	110	120
<b>Total receitas</b>	<u><b>34.174</b></u>	<u><b>26.044</b></u>
<b>Despesas:</b>		
11 Títulos de renda variável	(1.153)	(690)
12 Oscilação cambial	(17.962)	(18.022)
13 Quotas de outros fundos de investimento	(437)	(454)
14 Contratos de Dólar Futuro - BM&F	(7.236)	(3.026)
15 Despesas eventuais	(298)	(54)
<b>Total despesas</b>	<u><b>(27.086)</b></u>	<u><b>(22.246)</b></u>
<b>Total</b>	<u><b>7.088</b></u>	<u><b>3.798</b></u>
<b>i. Resultado patrimonial</b>		
1 Receita patrimonial	65	145
<b>Total</b>	<u><b>65</b></u>	<u><b>145</b></u>
<b>j. Impostos e participações sobre lucro</b>		
1 Imposto de renda	(344)	(488)
2 Contribuição social	(354)	(555)
3 Participação nos lucros	(87)	(101)
<b>Total</b>	<u><b>(785)</b></u>	<u><b>(1.144)</b></u>

## **17. Benefícios a Empregados e Administradores**

**17.1. Previdência privada:** A Resseguradora é instituidora, junto à Itaú Vida e Previdência S.A. (EAPP), de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) na modalidade de contribuição definida. Nos termos do contrato firmado, a Resseguradora realiza aportes mensais para custeio do plano e crédito à conta individual de seus funcionários em valor equivalente a 100% da contribuição básica do participante. O participante pode efetuar Contribuições Extraordinárias sem contrapartida da Instituidora. O Plano concede benefícios de renda mensal temporária. As contribuições efetuadas no semestre totalizaram R\$ 62 (R\$ 125 em 30 de junho de 2018).

**17.2 Remuneração dos administradores:** A remuneração global do pessoal-chave da Administração no semestre foi de R\$ 1.103 (R\$ 1.368 em 30 de junho de 2018) que compreende substancialmente pró-labore.

## **Conselho de Administração**

**Rodolfo Riechert** – Presidente  
**André Schwartz** – Vice-Presidente  
**Carlos Roberto De Zoppa**  
**Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho**  
**Paulo Eduardo de Freitas Botti**  
**Fábio Vilela de Moraes** (em aprovação)

## **Diretoria**

**Rodrigo de Souza Lobo Botti** - Diretor-Presidente  
**Bernardo Nolasco Rocha**  
**Paulo Toshio Hayakawa**

## **Contador**

**Eduardo Póvoa**  
CRC-1SP223513/O-6

## **Atuário**

**Laércio dos Santos Vicente**  
MIBA-2.300

## Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Ilmos. Srs.  
Membros do Conselho de Administração da  
Terra Brasis Resseguros S.A.  
São Paulo, SP

O Comitê de Auditoria da Terra Brasis Resseguros S.A. ("Terra Brasis"), instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, funciona em conformidade com o estatuto social e o seu regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria apoiar a Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2019, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu: (i) entrevistas com a alta administração e com os gestores; (ii) avaliação da estrutura, do funcionamento e acompanhamento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *compliance*; (iii) avaliação do planejamento e do escopo dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho e independência dos auditores independentes; (v) avaliação da qualidade das demonstrações financeiras; e (vi) apresentação do planejamento para o 1º semestre de 2019.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da administração da Terra Brasis. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Terra Brasis.

O Comitê atua através de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê realizou, no decorrer do exercício, reuniões com áreas de contabilidade e controladoria, de controles internos e *compliance*, de gestão de riscos, com os auditores independentes e com os auditores interno, dentre outras.

O Comitê discutiu com os representantes da empresa responsável pelas funções de auditoria interna no exercício findo em 30 de junho de 2019, o planejamento de seus trabalhos, incluindo o escopo e os procedimentos aplicados, os resultados alcançados e os relatórios emitidos. O Comitê também avaliou os aspectos de independência e nível de reporte da auditoria interna na estrutura da Organização.

O Comitê mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação. O planejamento dos trabalhos de auditoria independente das demonstrações financeiras correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019 foi previamente discutido com a KPMG Auditores Independentes e, ao final dos trabalhos a equipe encarregada dos trabalhos apresentou seus resultados e conclusões ao Comitê de Auditoria. O Comitê também avalia a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões regulares com o Diretor Presidente e outros membros da diretoria da Terra Brasis e, nessas reuniões, teve a oportunidade de identificar e apresentar sugestões a Administração para aprimoramento dos controles internos e da gestão de riscos.

*O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Terra Brasis ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.*

### **Conclusões**

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, e levando em consideração os resultados da auditoria independente das demonstrações financeiras consubstanciadas no relatório, sem modificações, emitido nesta data pela KPMG Auditores Independentes manifesta-se favoravelmente pela aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras da Terra Brasis Resseguros S.A. correspondentes ao exercício findo em 30 de junho de 2019.

São Paulo, 28 de agosto de 2019.

### **Comitê de Auditoria**

**José Campos - Presidente**

**Simone Amaral - Membro**

**Tatiana Perez - Membro**